



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XVIII — N.º 186 — SÃO PAULO MAIO DE 1974 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5.º ANDAR S/ 50 — C. POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 2,00

A LIBERDADE EM PORTUGAL

25 DE ABRIL E 1º DE MAIO DATAS HISTÓRICAS FORÇAS ARMADAS E POVO CONFRATERNIZAM NAS RUAS

Depois da queda da ditadura Caetanista no dia 25 de abril, concretizada de forma espectacular pelo Movimento das Forças Armadas, o Povo Português saiu às ruas para consolidar a grande vitória e festejá-la, não somente nos dias seguintes, mas principalmente no dia 1.º de Maio. A seguir transcrevemos na íntegra a reportagem do «Diário de Notícias», de Lisboa, que nos dá bem o idea da grandiosidade das festas da Liberdade em Portugal:

A grande festa dos trabalhadores, festejada em todo o Mundo e agora, pela primeira vez desde há muito, transformada em feriado nacional, foi, realmente, a mais impressionante manifestação de alegria e de desejo de participar na construção de um Portugal melhor, livre e democrático, de que há memória. Nunca, e falamos com pessoas de mais idade, a grande massa dos Portugueses tinha saído para a rua desta maneira. Alguns lembravam-se ainda da proclamação da República e da explosão de alegria que se lhe seguiu. Mas achavam agora difícil, passado tanto tempo, estabelecer comparações.

Depois, e pela primeira vez, também houve há muito, a presença das Forças Armadas, da Polícia e da G. N. R., nas ruas, longe de constituir motivo de medo, aumentava a certeza de que este 1.º de Maio ia ser realmente diferente. Porque as silhuetas e as armas tinham estado de ser ameaçadoras, agora que não as dirigia o fascismo. Porque soldados, marinheiros, policiais, guardas da G. N. R., estentavam, praticamente só, as flores desta verdadeira revolução. Porque, desta vez, e como tem acontecido desde o dia 25, a sua missão era proteger o povo de quaisquer elementos perturbadores que pretendessem apagar o brilho da sua festa.

Foi assim em todo o País. De norte a

sul, conforme milhões de telespectadores puderam ver à noite na RTP, conforme nos contam os nossos correspondentes, que não se pouparam a esforço para nos darem um relato tanto quanto possível completo deste dia maravilhoso. Mas as palavras dificilmente conseguem descrever tudo quanto se passou, tudo quanto ia na alma de todos os sorrisos nos rostos, es abraços de fraternidade, os braços erguidos, as canções, os «siongans» gritados por milhares e milhares de gargantas, os cravos vermelhos que se ofereciam e se pediam, as bandeiras e as colgaduras nas janelas, o coro (noutra ocasião talvez irritante) das buzinas dos automóveis.

A VERDADEIRA DEMOCRACIA

Foi assim em todo o País, diziamos. Assim como foi a apoteose em Lisboa e arredores. Logo de manhã começaram a ver-se grupos nas ruas, manifestando-se mais ou menos ruidosamente, acompanhados de maior ou menor número de bandeiras e cartazes reivindicativos ou, simplesmente, de regozijo pela queda do regime de Marcelo Caetano. De resto, uma das primeiras manifestações decorreu na Alameda das Linhas de Torres e na RTP, quando o pessoal daquela estação emissora trouxe para a rua a sua adesão à grande festa dos trabalhadores e a sua satisfação por ver terminados os

«maus dias» da Radiotelevisão.

Depois, e à medida que se aproximava o fim da manhã, começaram a surgir grupos cada vez mais numerosos nas ruas, ao passo que, em muitas janelas, se viam bandeiras nacionais, colgaduras, muitas de cor vermelha, além de inscrições em pano alusivas à data.

Os policiais, fardados de azul, ostentavam cravos e outras flores e sorriam para os manifestantes. Também para eles o pesadelo acabara.

Mas a grande manifestação do dia seguida de comício, só à tarde começaria. Convocada pelos sindicatos, e tendo a ela aderido a C. D. E., de Lisboa, o Movimento Democrático, o Partido Socialista e o Partido Comunista, nomeadamente, a manifestação transformar-se-ia numa jornada sem precedentes, durante a qual o povo daria uma extraordinária lição de civismo e demonstraria à sociedade quanto se lhe tornara insuportável e odioso o antigo regime e quanto prezava os militares que lhe tinham restituído a liberdade, perdida há quase meio século.

MULTIDÕES SEM PRECEDENTES

Torna-se extremamente difícil estabelecer um cómputo, pelo menos aproximado, do número de pessoas que ontem saiu para a rua em Lisboa. Só no estádio da F.N.A.T., desde logo chamado «Estádio 1.º de Maio», reuniram-se seguramente mais de 100 mil pessoas no grandioso comício aí realizado e durante o qual usaram da palavra quatro delegados de sindicatos, Pereira de Moura, pelo Movimento Democrático

Português, Nuno Teotónio Pereira pelos católicos progressistas, Mário Soares, pelo Partido Socialista Português, Álvaro Cunhal, pelo Partido Comunista Português, e delegados da Confederação

Geral do Trabalho (França), da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, da Confederação Mundial dos Trabalhadores e da Federação (Continua nas páginas centrais)

VITOR RAMOS UMA PERDA IRREPARÁVEL

Este motor que canta lá em cima, é obra de minhas mãos. E seu canto é sangue do meu coração

A luta é cruel, é implacável, A luta é épica se diz. Eu tombei. Outro virá. Eis tudo. Que importa aqui o nome de uma pessoa?

Para mim, é tão certo como o retorno da aurora que romperemos o gelo com nossas cabeças e resgataremos o sol do sórdido poente. Sim, nosso brilhante sol resplandecerá.

NICOLA VAPTZAROV

Nas fileiras dos antifascistas portugueses do Brasil, nesta barricada que «Portugal Democrático» sempre foi ao cabo de quase vinte anos de existência, durante essa longa noite de perversidades que nos foi imposta pela ditadura, há uma voz que não responde mais. Essa voz, é a de Vitor Ramos.

O nosso companheiro deixou-nos para sempre. Militante político desde os primeiros

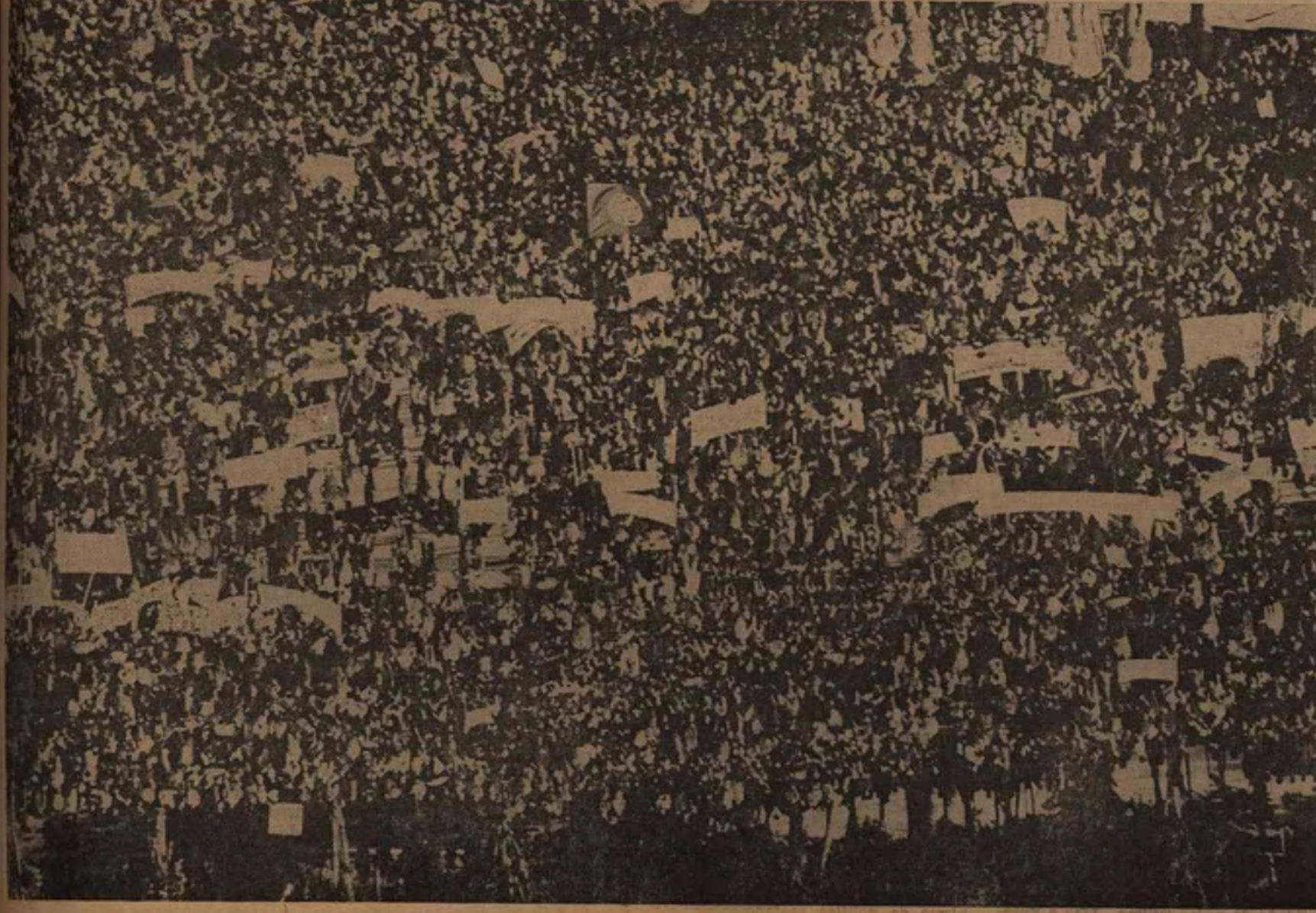


anos das lutas juvenis contra o salazarismo, quando estudante ainda, Vitor Ramos foi um combatente exemplar que se manteve sempre fiel até à hora da morte aos seus ideais nobres de homem simples do povo onde guardava bem fundas suas raízes. Batalhador coerente e dinâmico, desde as primeiras horas de vida do «Portugal Democrático», do qual foi um dos poucos fundadores, dotado de um valor intelectual fora do comum e de qualidades morais admiráveis, ele foi, a partir dos verdes anos da sua mocidade, um verdadeiro soldado da Democracia que nunca faltava à chamada quando a participação da sua capacidade e do seu talento, lhe era solicitada.

Isso lhe estava no cerne da consciência. Foi assim que viveu; e assim morreu na noite em que a equipe de «Portugal Democrático» se reunia em sua casa para analisar aspectos da nova conjuntura em Portugal.

Alfável no trato, naturalmente solícito com seus companheiros, humilde no emitir das suas opiniões, desprendido de presunções ou quixotismos disfarçados, tão em voga nos nossos tempos, Vitor era o modelo do intelectual lano, brilhante, de extraordinária modéstia, que não distinguia, no trato com os amigos, — quer fossem intelectuais, operários, ou de qualquer outra condição, — senão apenas o homem, a quem amava nas profundezas do seu silêncio. A visão que tinha do mundo, lhe dava o condão de reconhecer em cada pessoa, por mais distante que se lhe estivesse, aquela afirmação potencial e latente de humanidade em que tanto acreditava e lhe sobrava no coração. Vitor Ramos era, sobre todas as coisas, um homem bom. Igual a si mesmo, se fizera à própria custa. Daí, saber entender o homem da rua, os desherdados, os que não tinham a oportunidade de realizar-se. Sabia compreender tudo isso como poucos. E fácil era perceber nele tal pendor, tão arredo a inal em muitos dos que se situam em faixas de valores iguais à dele.

Entre os colegas professores, e seus



Um aspecto parcial do que foi a grande concentração do 1.º de Maio no Estádio ex-F.N.A.T., que recebeu cerca de meio milhão de pessoas.

Continua na página 2

OS CAMINHOS DA ESPERANÇA

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Miguel Urbano Rodrigues, 48 anos, jornalista português há 17 anos afastado de seu país por razões políticas, foi redator do jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa, e chefe de redação do *Diário Ilustrado*. No Brasil, Urbano Rodrigues ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo por sua cobertura do sequestro do navio português *Santa Maria* e é atualmente editorialista do jornal *O Estado de São Paulo* e redator internacional da revista *Visão*. Pertence à comissão executiva da *Unidade Democrática Portuguesa*, movimento que congrega os opositores ao regime salazarista, e à comissão de redação do jornal *Portugal Democrático*, editado no Brasil. Desde 1960 está privado do passaporte português para qualquer país exceto Portugal ("só me davam passaporte para a prisão", diz ele) e desde o princípio de 1974 não conseguiu nem mesmo renovar esse precário passaporte. Embora longe de Portugal, Urbano Rodrigues jamais deixou de estar atento ao que lá sucedia durante esse longo período. Agora ele escreve para *Opinião* um comentário sobre os mais recentes e importantes acontecimentos políticos de sua pátria.

O impossível aconteceu em Portugal. A mais monolítica das ditaduras civis, velha de 48 anos, cedeu o lugar em menos de 48 horas a um regime militar que, sob certos aspectos, se coloca à esquerda, na aparência, das mais tradicionais democracias da Europa Ocidental. Todos os presos políticos foram libertados, a polícia política, os tribunais especiais, as organizações fascistas paramilitares extintos, o partido único oficial dissolvido, a censura suprimida, os direitos e garantias individuais restabelecidos. O Exército e o povo confraternizam nas ruas. As vítimas da longa noite do terror salazarista são aclamadas como heróis nacionais, enquanto os seus algozes são presos e deportados, como ocorreu com o ex-presidente Américo de Deus Thomás e Marcelo Caetano, ou perseguidos pelo povo enfurecido, como foi o caso dos elementos da PIDE-DGS, a Gestapo portuguesa, salvos do linchamento pela intervenção do Exército.

Não estamos assistindo apenas ao ruir da mais antiga ditadura fascista do mundo. Com ela desabam, também, os mitos tecidos em torno da apatia do povo português. A explosão de euforia das massas populares demonstra a falsidade das teses difundidas pela propaganda caetanista sobre a identificação do homem da rua com a política de um Estado autocrático e repressivo que erigira em dogma a sua infalibilidade.

A oposição democrática portuguesa havia elaborado há muito o balanço do regime, com minúcia e rigor científico. Mas como a sua voz, em consequência da insensibilidade da grande imprensa internacional e das pressões e interesses a ela ligados, não encontrara nunca a ressonância indispensável, só agora a opinião pública mundial toma conhecimento detalhado da herança trágica do salazarismo. Para os antifascistas portugueses que se bateram contra o regime ora derrubado — e sou um deles — esse balanço não constitui portanto um tema relevante na análise da conjuntura. A tarefa prioritária consiste hoje na correta interpretação do presente, por imprescindível ao esforço de construção do futuro.

O fascismo, como sistema de governo e espelho da ideologia de um estamento minoritário da sociedade portuguesa, foi derrubado. É uma certeza. Mas o fato histórico de 25 de abril apenas abre caminho para a transformação da vida em Portugal. A destruição da fachada do sistema não responde por si só às indagações relativas à evolução do processo. As superestruturas e as insígnias do poder fascista desapareceram; mas as estruturas sócio-econômicas por ele forjadas ao longo de meio século permanecem intactas.

Passada a euforia das comemorações populares, seria uma ingenuidade admitir que existe uma postura unânime no tocante ao projeto de reconstrução nacional. As palavras, a partir de agora, pesam muito menos do que os atos. Para tentar compreender o que vai ocorrer em Portugal nas próximas semanas é preciso, antes de mais, situar as várias forças e

tendências emergentes na sociedade portuguesa, analisar o seu comportamento, conhecer suas plataformas políticas, a estratégia em função da qual agem e ter uma noção do poder real e do apoio com que cada uma delas conta.

A primeira incógnita, de importância decisiva, enfeixa todas as questões ligadas à atitude, a curto e médio prazo, das Forças Armadas. A diferença de tom e estilo entre a proclamação inicial dos oficiais que comandaram a rebelião e o primeiro manifesto à nação da Junta de Salvação Nacional deixa transparecer a diversidade de idéias e posições existente no seio das Forças Armadas. A proclamação tem um conteúdo revolucionário. Expressa o estado de espírito de homens que, após anos de humilhações, souberam interpretar o espírito de soldados, marinheiros e aviadores, colocando as armas nacionais a serviço da pátria, na linha das mais gloriosas tradições de um Exército e uma Marinha de raízes populares. Já o segundo documento é muito mais cauteloso e contém ambiguidades. O item que abre a enumeração dos compromissos assumidos perante o povo envolve uma tomada de posição inseparável dos motivos da derrubada do regime: «Garantir a sobrevivência da nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental». O general Spínola é um homem culto e sabe que o seu conceito elástico de nação carece de fundamentos científicos. Angola, Moçambique e a Guiné-Bissau nunca fizeram nem farão parte da nação portuguesa. São colônias, subjugadas há séculos (como São Tomé, Timor e Macau), e nenhum artifício semântico poderá ocultar essa realidade. Para muitos observadores, essa afirmativa do manifesto traduz um propósito claro do presidente e da Junta: captar o apoio mínimo indispensável à concretização do seu projeto de uma federação de Estados que englobaria Portugal e as suas atuais colônias. Tal interpretação seria confirmada por declarações posteriores do general, esclarecendo que a Junta não tem intenção, por ora, de iniciar negociações com os movimentos libertadores.

Qualquer tentativa de levar avante semelhante plano enfrentará uma firme oposição das principais forças políticas que combateram o fascismo salazarista e caetanista. Para a esquerda «a solução federativa» apenas contribuiria para substituir o colonialismo clássico por uma estrutura institucional dos grandes grupos econômicos estrangeiros e portugueses e das empresas multinacionais que controlam a economia das colônias. É sintomático que o magnata da siderurgia portuguesa, António Champalimaud, tenha exposto recentemente, na assembleia geral do Banco Pinto e Sotto Mayor, idéias de «abertura» africana, aludindo, numa perspectiva neocolonialista, aos perigos e problemas de uma «área fasciante que encerra potenciais energéticos fabulosos».

Segundo outros observadores, a timidez da junta na abordagem do tema africano teria como objetivo prioritário evitar a «desagregação» das Forças Armadas. Invocam o temor da redestinação de Angola e Moçambique, onde as minorias brancas, colocadas ante uma atitude abertamente descolonizadora, poderiam proclamar a independência unilateral e formar, no sul do continente, com a Rodésia e a África do Sul, uma nova Santa Aliança.

Esses argumentos são, contudo, de uma fragilidade evidente. É verdade que uma parte dos colonos (400 mil em Angola e 200 mil em Moçambique) não rejeitaria tal aventura mas o projeto parece historicamente inviável. Os oficiais e soldados do corpo expedicionário estão impacientes por regressar à pátria. Abominam uma guerra que só lhes trouxe ódios, amargura e derrotas. Em hipótese alguma os 150 mil homens dos três Exércitos atualmente na África estariam dispostos a mudar de nacionalidade colocando-se a serviço das ambições de minorias que, aliás, sempre os olharam com desconfiança. De outro lado, as tropas portuguesas na África dependem logisticamente de Portugal. Separado da metrópole, o Exército da África seria uma força militar quase inofensiva. Todo o seu armamento é diferente do utilizado pela África do Sul.

É possível, de resto, que no exterior se esteja atribuindo uma importância exagerada ao papel pessoal desempenhado nos acontecimentos pelo general Spínola. Embora a sua tendência conservadora seja conhecida, tudo indica que ela não exprime o pensamento médio do corpo de oficiais. Até agora não há elementos que permitam avaliar como o Exército se comportará em face de um processo dialético cujo rumo, no momento, é determinado muito mais pelo choque de forças cujos interesses são antagonísticos do que propriamente pela Junta. A contradição, na aparência, resulta paradoxal, dada a superioridade do poder militar. Mas o Exér-

cito não se encontra em condições de impor qualquer projeto, pela simples razão de que ele próprio exprime a heterogeneidade das forças em confronto. Por um período de tempo indeterminado, embora não muito longo, acha-se apenas apto a desempenhar um papel de árbitro. Mas sem a possibilidade imediata de agir como força bonapartista. O programa de democratização da Junta exprime, em termos políticos, duas realidades: a tragédia de uma instituição que rejeita a responsabilidade de uma guerra criminosa e a perplexidade de um corpo de oficiais que só encontra como denominador comum o desejo de paz e a rejeição do facismo. O papel da sociedade civil assume, por isso mesmo, uma importância transcendental. Daí a significação, no dia-a-dia, dos atos que traduzem a estratégia dos partidos, grupos e personalidades que encarnam e expressam os interesses das várias classes e estamentos sociais.

poder-se-la dizer que no panorama atual se destacam quatro grandes tendências: 1) a que encontrará num partido democrata-cristão o seu instrumento político; 2) a que visa à criação de uma Frente Única da Esquerda, alicerçada na aliança tática de socialistas e comunistas; 3) a que representa os interesses econômicos da grande burguesia ligada ao capital financeiro e às empresas multinacionais; 4) a que congrega a direita quimicamente pura, isto é, os partidários do regime deposto. Uma multiplicidade de grupelhos ultra-esquerdistas (anarquistas, trotskistas, maoístas, etc.) atuantes no movimento estudantil, e cuja conduta, infantil e irresponsável, só tem produzido efeitos negativos, completa o quadro.

A ação no cenário político de todas essas forças revela, com raras exceções, a inorgânica que as caracteriza. Mas nos dias efervescentes que Portugal vive a presença marcante dos cristãos progressistas, dos socialistas e dos comunistas supera de longe a das demais correntes. A inteligência, a classe média, as operários e parte dos compositores tomaram a ofensiva, procurando destruir as estruturas do antigo regime, aproveitando as facilidades oferecidas por uma conjuntura absolutamente inédita. Precisamente por isso, os fatos do cotidiano adquirem uma significação extraordinária. O futuro do país ou pelo menos, a imagem que o Estado português projetará quando a irremediável febre de mudança ceder o lugar a uma ação de forças políticas organizadas e bem diferenciadas será, fundamentalmente, a resultante do saldo da fase inicial de grandes transformações. Nas universidades, nos campos, nos portos, nas minas, nas fábricas, nos sindicatos, nas repartições públicas, nos próprios quartéis, cada reivindicação, cada conquista, cada avanço, cada recuo terão durante estas semanas um peso histórico. A junta limita-se a impedir atos de violência, ordenando às forças militares que se abstenham de interferir em manifestações pacíficas e tratem o povo com cortesia. Não se trata, porém de uma concessão. O Exército não teria condições, no momento, para desencadear qualquer tipo de ação repressiva sem que o país mergulhasse novamente em crise. De um lado, a pluralidade de tendências entre a jovem oficialidade e o corpo de suboficiais poderia levar a atos de desobediência em cadeia, suscetíveis de quebrar a coluna vertebral da disciplina. De outro lado, a atmosfera de confraternização calorosa entre civis e militares cederia lugar a uma grande desilusão. Voltariam os velhos rancores e o diálogo entre as Forças Armadas e o povo romper-se-ia. As implicações externas seriam igualmente graves. O movimento militar que derrubou o fascismo não pode agora verdadeiramente pelo caminho da repressão sem se expor ao risco de ser imediatamente identificado com o regime que oprimia Portugal. O esvaziamento das prisões perderia todo o significado se elas se enchessem novamente de presos políticos. O que no outro país seria possível não o é em Portugal. A imagem do salazarismo no mundo e o isolamento a que ele levou Portugal são inseparáveis do recurso a técnicas que, retomadas, reduziriam a zero a credibilidade da Junta aos olhos da comunidade internacional.

O general Spínola e os demais membros da Junta de Salvação Nacional demonstraram, contudo, até agora, ter uma exata noção da complexidade das problemas que enfrentam.

Mas é evidente, também, que a espontaneidade da adesão popular, que vem funcionando como estímulo e garantia das surpreendentes mudanças operadas em poucos dias, não se manterá por muito tempo. Quando a onda de entusiasmo se acalmar, quando o ímpeto revolucionário diminuir, o quadro será outro. As forças políticas mais conservadoras, atualmente na defensiva, farão o impossível para retornar a iniciativa e orientar o processo em benefício de seus interesses ameaçados. A classe empresarial, que vinha reagindo nos últimos anos contra o anacronismo da política caetano-salazarista

e criticando a mitologia colonial, terá, então, a seu lado, como aliados dóceis e experientes, os remanescentes da ultra-direita estonovista. Ela aproveitará, sem dúvida, todas as fissuras abertas no campo adversário, explorando em proveito próprio as inevitáveis contradições que surgirão entre os partidos e forças da antiga oposição, desejosa de transformar radicalmente a sociedade portuguesa.

O que é hoje impossível — a repressão e com ela a ofensiva contra revolucionária — poderá a médio prazo ser possível, se as mudanças introduzidas nas próximas semanas ou meses não forem de molde a captar o apoio de setores importantes do corpo de oficiais, agravando as contradições no seio da instituição castrense.

Tudo indica que o desfecho da primeira fase do processo será em grande parte condicionado pelo encaminhamento do debate em torno do problema colonial. A persistência das ilusões neocolonialistas só pode contribuir para transformar uma grande esperança numa grande frustração. A questão colonial continua sendo a chave do problema português. É aí que a participação pessoal do general Spínola na história adquire uma importância que não deve ser subestimada. O «ultra» é para ele um «requisito de sobrevivência» de Portugal como «nação livre e independente». Sem os terri-

tórios africanos — escreveu em seu livro — «o país ficaria reduzido a um canto sem expressão numa Europa que se agiganta». Cabe lembrar uma verdade eterna. Nenhum povo pode ser verdadeiramente livre se o preço da sua liberdade aparente for o jugo imposto a outros. O general esquece que não é somente a dimensão geográfica que confere uma dimensão de grandeza a um país. Portugal não desapareceu quando o Brasil se tornou independente. E uma posição inaceitável para aqueles que, na luta tenaz contra o fascismo, encarnaram sempre, desde 1926, os valores permanentes da nação portuguesa.

Em Portugal tudo dependerá, agora em última análise, do comportamento do povo. Mas a construção de um futuro que corresponda às aspirações nacionais poderá ser facilitada se a tomada de consciência das Forças Armadas se aprofundar. O próprio general António de Spínola mudou tanto em tão pouco tempo que muitos democratas alimentam a esperança de vê-lo proceder a uma revisão dos seus conceitos sobre política africana. Então, sim, ficaria na história como um soldado capaz de merecer, pela autocrítica, a gratidão do povo de Portugal e das nações irmãs de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau que teria ajudado a libertar, depois de as haver combatido pela armas. (in «Opinião» 6-5-74, S. Paulo Brasil)

Vitor Ramos

Conclusão da página 1

alunos, dos quais recebia provas constantes de grande estima, grangeou amigos sem fim. Seu nome e sua vida estavam ligados à Universidade. A Cultura lhe ficava devendo muito. Figura de destaque na Oposição Democrática Portuguesa de São Paulo, Vitor Ramos desempenhou um papel importante na vida de nosso jornal. Até data de seu falecimento, foi colaborador efetivo, autor de numerosos editoriais e comentários que raramente assinava. Em 1965 foi delegado à Conferência de Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, realizada no Canadá. Nas comemorações do 5 de outubro, data da implantação da República Portuguesa em 1910, Vitor era figura sempre presente, em cujas cerimônias foi muitas vezes o orador oficial. Nos anos 50, juntamente com outros companheiros, fundou esta tribuna anti-fascista e a ela, nessa época, se dedicou de corpo e alma. Era mister que a voz dos democratas portugueses no Exterior não se abafasse, frente às terríveis dificuldades técnicas e financeiras que enfrentava. Para isso, Vitor Ramos entregava-se a um trabalho árduo, que requeria abnegação, enorme dispêndio de energias, voluntariedade e ânimo resistente — condições mínimas e indispensáveis à confecção de um jornal que não tinha meios seguros de sobrevivência: nem dinheiro, nem fatores técnicos disponíveis e suficientes. Isto, sem falar no tempo, que não sobrava, e a necessária coordenação entre as obrigações profissionais e os compromissos inerentes à vida familiar. Foi desta forma que, durante muito tempo, arcou, quase sozinho, — com um senso de responsabilidade de quem exige de si o cumprimento de um dever sagrado, — com a pesada tarefa de trazer à luz do dia, sem interrupção, «Portugal Democrático».

O seu esforço, todavia, não foi em vão. Os objetivos foram alcançados. Pena que não os visse até ao fim.

Na noite final, de 2 de maio, véspera de sua morte, nos parece ainda vê-lo no semblante a satisfação de quem estava próximo da vitória pela qual tanto esperava, mas que não era ainda a derradeira, e apenas parte dela, — meia porta aberta por onde passaria a vitória total. Nessa hora, parecia transmitir a todos que o cercavam, um sentimento de autoconfiança e recompensa pelo que dera em toda a sua vida à causa da Democracia. Não cabia nele o pérfido contentamento que o vitimou, teimosamente a transparecer-lhe nas palavras e nos gestos, tanto quanto a nós, pelas notícias dos últimos acontecimentos em nossa terra. A morte, espreitava-o, entretanto, e levou-o quase sumariamente nos alvares da liberdade. Vitor Ramos já não viu o fim. E não verá o futuro para o advento do qual tanto contribuiu. Não enxergará a nova sociedade que tanto almejava para a sua pátria.

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES

Advocacia cível e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos — Desquites e anulação de casamento — Naturalizações — Protestos e cancelamento de protestos — Contratos, renovação de contratos e ações de despejo — Falcências e concordatas.

R. Boa Vista, 84, 7.º andar, salas 701 a 704 — telefone 34-7064 — S. PAULO

É com um misto de alegria, tristeza e infinita saudade que neste momento o recordamos, a ele e aos companheiros que, como ele, ficaram no limiar desta nova página da História, cheia de esperanças e certezas de que o amanhã será aquilo que eles tanto desejaram para Portugal.

Vitor Ramos, Augusto Aragão, Manuel Rocheta, Carlos Maria Araújo, Silvério da Costa Letra e Otávio Martins de Moura, que muito deram — às vezes mais, do que podiam — à existência de «Portugal Democrático», são nomes que ficarão vinculados para sempre às lutas de libertação do povo português.

É com a alma transida de emoção que os evocamos nesta hora. Curiosa e errônea é a ironia de Gerard Nerval. «Os mortos esquecem depressa». Não, não é verdade. Nossos mortos, não esquecem depressa. Não esquecerão jamais.

Homens da sua tempera, ímpares no seu patriotismo, na dedicação e no amor ao povo, são parte integrante de todos nós. A sua morte nos deixou mais pobres.

E, como no velho poema, não perguntamos por quem os sinos doam. Eles doam por nós.

U. D. P.
ENVIA
TELEGRAMAS
À J.S.N.

GENERAL ANTONIO DE SPINOLA
PRESIDENTE DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL
LISBOA PORTUGAL
Abril 30 1974

Interpretando sentimentos milhares de democratas portugueses Brasil. Manifestamos intermédio V. Exa. euforia restabelecimento democracia Portugal e regresso patriotas Alvaro Cunhal, Mario Soares e outros como Ruy Luís Gomes e Sarmiento Pimentel que seguirão esta semana representando aqueles que sempre se bateram no Brasil contra o Fascismo Salazarista.

SAUDAÇÕES DEMOCRÁTICAS
Unidade Democrática Portuguesa

General António de Spínola
Presidente da Junta de Salvação Nacional

Lisboa — Portugal
Solicitamos remoção do embaixador Hernando Saralva cujas atitudes e declarações de irrestrita identificação política com o Governo deposto sempre prejudicaram a presença de Portugal no Brasil sendo incompatíveis com a linha democrática da Junta.
Unidade Democrática Portuguesa

EDITORIAL

O RENASCIMENTO DE UMA NAÇÃO

Aquilo que parecia, de início, simples golpe militar de significação limitada às casernas, revelou-se, posteriormente, uma verdadeira revolução popular. Exército e povo se reencontraram, nas ruas ensolaradas de um país que substituiu, nos canos dos fuzis, as balas pelas flores. O povo retomou seu lugar nas praças, avenidas e balcões, gritando suas esperanças e alegria: ele redescobria sua voz, ao fim de quase meio século de silêncio constrangido. E os democratas do mundo inteiro voltaram os olhos, comovidos, para Portugal — uma nação que renasceu das cinzas do fascismo, demonstrando, mais uma vez, que a roda da História não pode ser detida para sempre, e que "o povo unido jamais será vencido".

No amanhecer de uma nova era, a polícia política, os tribunais especiais e as organizações fascistas paramilitares desapareceram e o único partido oficial foi extinto, morreu a censura, direitos e garantias individuais foram restabelecidos; na alvorada do futuro de Portugal, todos os presos políticos deixaram suas celas, eufóricos, enquanto seus algozes, perplexos, recebiam nos pulsos as mesmas algemas que antes estavam incumbidos de colocar.

As teses há tantos anos difundidas arditamente pela propaganda fascista, de que o homem das ruas se identificava com o Estado autocrático de Salazar e de Marcelo Caetano, ou de que o povo português tinha sido totalmente "despolitizado", ruíram junto com o castelo medieval do salazarismo — a mais antiga ditadura fascista do mundo. Dizia-se que as comemorações do 1.º de maio seria um teste decisivo para o novo regime — e foi precisamente ao comemorar o "Dia do Trabalhador" que o povo português se revelou plenamente preparado para a democracia, lançando a última pá de cal sobre o cadáver ainda insepulto do ancién regime. "Valeu a pena ter lutado", disse então Mário Soares, em nome do Partido Socialista, "valeu a pena ter sofrido para assistir a esta festa. No dia 25 de abril, as Forças Armadas destruíram o governo fascista e colonialista de Marcelo Caetano, mas foi hoje, foi aqui que nós destruímos o fascismo. Essa vitória não é de ninguém, é do povo português".

"Nunca se viu coisa igual" — era o comentário unânime. Em Lisboa, a população inteira saiu às ruas: quase um milhão de pessoas. No porto, mais de 800 mil. Grandes manifestações populares sacudiram Coimbra, Setúbal, Barreiro, Bragança, Aveiro, Évora, Almada, Guarda, Viseu, Nazaré, Beja, Braga, Portalegre, Estremoz, Olhão, Leiria, Castro Daire, Albufeira, Mira, Pombal, Santarém, Avelar, Santa Comba Dão, Avis, Marinha Grande, Vila do Conde, Viana do Castelo, Figueira da Foz, Moita do Ribatejo, Caldas da Rainha, Covilhã, Tavira, Soure, Castanheira de Pera, Coruche, Arronches, Castro Marim, Baixa da Banheira, Vila Franca de Xira, Torres Novas, etc. Ninguém ficou imune à alegria que assinalava o renascimento de uma nação.

É nesta hora, porém — e precisamente nesta hora — que as forças democráticas precisam interpretar corretamente a situação presente, para empreenderem, conjuntamente, a construção de uma nova sociedade. Mesmo porque "só se destrói realmente aquilo que se substitui" — como dizia com razão o poeta Baudelaire. A fachada do antigo sistema foi derrubada, mas as classes sociais que constituem o suporte do fascismo continuam intactas, através do poder econômico, dos bancos, dos corruptos desses baronato que são os agentes do imperialismo estrangeiro" — conforme afirmou Mário Soares.

Na elaboração de um projeto viável de reconstrução nacional, é indispensável uma avaliação científica do papel a ser desempenhado pelas Forças Armadas. Os oficiais que comandaram a rebelião de 25 de abril estão a alguns passos adiante dos generais convocados, a posteriori, a participar do novo governo. Eles certamente já compreenderam, ao lado das principais correntes políticas anti-fascistas, que a "solução federativa", proposta inicialmente pelo general Antonio Spínola para solucionar o problema da guerra colonial em África, não passa de uma fórmula em que o colonialismo clássico dá lugar a uma estrutura institucional manipulada pelos grandes grupos econômicos estrangeiros e portugueses — dentro de uma perspectiva neocolonialista. Sabem também que oficiais e soldados atualmente nas colônias estão ansiosos por retornar à pátria, e, em hipótese alguma, aceitarão participar de qualquer projeto dos colonos, de fazer a independência para beneficiar apenas as minorias brancas, com o apoio dos governos racistas da Rodésia e da África do Sul.

O Exército português continuará a desempenhar papel destacado, na próxima etapa da vida nacional, mas sua importância jamais transcenderá a da sociedade civil. O próprio Exército, hoje, exprime a heterogeneidade das forças que se digladiam, no quadro político do país. Une-o apenas o repúdio quase unânime a uma guerra criminosa, entre as várias ideais e posições existentes nos quartéis. Seu desejo de paz e seu ódio ao fascismo impedirão que recorra, durante algum tempo, pelo menos, à repressão e à violência. Por isso mesmo, é no desdobramento do quadro civil que encontraremos as vertentes principais, os traços essenciais de uma nova fisionomia a ser definida nestes próximos meses.

Entre os extremos da direita quimicamente pura (os partidários do regime deposto) e da esquerda infantil e irresponsável destacam-se, no panorama atual: os grupos que representam os interesses econômicos da grande burguesia ligada às empresas multinacionais e ao capital financeiro; os grupos de centro, que deverão se reunir num partido democrata-cristão; e os grupos que se organizarão numa Frente Única das esquerdas, integrada essencialmente pelos socialistas e comunistas.

Até aqui, a presença mais marcante, nesse cenário complexo, dinâmico e contraditório, tem sido das esquerdas equilibradas. Operários, intelectuais, setores do campesinato e da classe média dominaram as manifestações de rua. Agora, inicia-se uma fase em que a agitação das massas deve ser transformada numa ação política organizada, para que o processo de mudança desça às raízes do fascismo, impedindo qualquer tentativa de restaurá-lo. No grande comício de 1.º de maio, Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, lembrou que ainda existe o risco de uma reação fascista, contra a qual "todos devem estar atentos".

Referindo-se às tarefas mais importantes do Governo Provisório, disse ainda que ele deveria procurar a paz e resolver os problemas mais graves da vida econômica, assegurando, ao mesmo tempo, a realização de eleições autenticamente livres, com o objetivo maior de instaurar uma sociedade democrática em Portugal. O veterano líder comunista insistiu na necessidade de todas as forças democráticas se unirem e da classe operária se reorganizar, para cumprir sua missão histórica.

Por outro lado, no entanto, as correntes políticas mais conservadoras deverão abandonar, com o tempo, as posições defensivas em que hoje se encontram, tentando então interferir no andamento do processo, de modo a recuperar o terreno perdido e a preservar os interesses ameaçados. Os mesmos empresários que abandonaram o governo caetanista, acusando o anacronismo da sua política colonial, poderão buscar nos remanescentes da ultra-direita os aliados mais ativos, aproveitando quaisquer fissuras porventura existentes nas forças populares. Não terá sido por acaso que Alvaro Cunhal, logo ao chegar a Lisboa, a 30 de abril, ressaltou de maneira enfática que a garantia das liberdades democráticas restabelecidas depende da unidade da classe trabalhadora, das massas populares, e dos oficiais, sargentos e praças que derrubaram o regime de Marcelo Caetano. "Essa unidade", afirmou na ocasião, "é condição essencial para o progresso de Portugal e, pela nossa parte, tudo faremos para que se torne irreversível esta aliança".

A prazo médio, uma contra-ofensiva conservadora trazendo de volta a repressão, a PIDE-DGS, as torturas, a censura e os tribunais especiais, não é impossível, caso as forças políticas progressistas e o corpo de oficiais anti-fascistas não consigam se reunir em torno de um projeto comum, capaz de dar corpo às grandes esperanças de uma nação inteira.

A questão primordial, na hora da verdade vivida hoje em Portugal diz respeito às colônias. Civis e militares não podem esquecer que não é apenas a dimensão geográfica que determina a grandeza de um país. Assim, mesmo que Portugal liberte as colônias africanas, não ficará "reduzido a um canto sem expressão uma Europa que se agiganta" — como disse o gen. Spínola em seu livro "Portugal e o Futuro". Ao contrário, neste caso estarão sendo reafirmados, perante o mundo, os valores permanentes da nação portuguesa, encarnados pelas correntes democráticas, em sua luta destemida, surda, tenaz e sem fronteiras contra o salazarismo.

"Urge", dizíamos no editorial de nossa edição de janeiro-fevereiro de 1973, reafirmando princípios que sempre defendemos, "que desde já sejam desenvolvidos os esforços indispensáveis à reestruturação do Movimento Democrático em novas bases, no quadro de uma frente unitária que englobe todas as forças autenticamente anti-fascistas e anti-colonialistas. As perspectivas nesse sentido são excelentes". A premissa permanece válida.

Talvez o gen. Spínola, cujas posições têm evoluído tão rapidamente nos últimos meses, ainda venha a merecer os aplausos de todos os portugueses democratas e das populações das nações irmãs de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, modificando seus conceitos atuais sobre a política africana. Talvez outros generais depois de combaterem pelas armas as forças revolucionárias que lutam pela libertação de suas pátrias, decidam passar à História como benfeitores e não como algozes. De qualquer maneira, será difícil que a jovem oficialidade, depois de abominar profundamente uma guerra que só lhes trouxe ódios e frustrações, resolva insistir nela e nos prejuízos dela decorrentes.

Ao mesmo tempo, a união que agora se forja entre civis e militares exige o fim da política colonialista, com ou sem disfarces. O povo de macacão, trage civil ou farda — está com o destino de Portugal nas mãos, pela primeira vez em 48 anos. E do seu comportamento dependerá, em última análise, a eficiência com que será construída uma nova sociedade — humana, livre, democrática.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

UM CUIDADO NECESSÁRIO

O clima de civismo e de não violência com que se está processando a revolução política em Portugal explica em boa parte o respeito com que o país está sendo olhado em todo o mundo nos dias históricos que vivemos desde 25 de abril. O povo português compreendeu que é mais importante, nesta hora, lançar-se decididamente à construção do seu futuro político do que a estereis atos de vingança e ajustes de contas. É claro, entretanto, que não poderá deixar de exigir que através das instituições adequadas as novas autoridades façam a justiça por que clamam as vítimas dos muitos criminosos que agiram contra ele à sombra protetora do regime fascista. Como não pode, também, permitir que continuem em seus cargos, vivendo às custas daquele povo que ajudaram a oprimir, os muitos servos do salazarismo cuja carreira foi sistematicamente construída sobre arbitrariedades e atos de opressão e espoliação. São duas questões bem diferentes, que só aqueles a quem não agradou a libertação do país, poderão confundir.

A oposição democrática portuguesa no Brasil perfilha o modo como o povo e os líderes políticos do nosso país estão agindo nesse particular. Nem nos interessava desviar a atenção para aqueles indivíduos com dons de camaleão, que sabemos existirem abundantemente em todas as sociedades humanas, e que estão sempre prontos a vestirem as mais estranhas fantasias sempre que certas mudanças de situação tornam isso conveniente aos seus interesses. Ninguém pode ficar surpreendido que inúmeros membros da nossa colônia no Brasil, ontem indefectíveis salazaristas ou caetanistas, tenham acordado, num destes dias, convictos democratas, liberais, ou até socialistas.

Todos, afinal, têm o direito de mudar de opinião desde que não ofendam direitos alheios. Mas há casos especiais a serem considerados. Não se pode deixar passar em silêncio que indivíduos comprometidos com os crimes do regime deposto tentem, agora, apresentar-se como arautos da liberdade e dos novos tempos com o intento de se infiltrarem no movimento democrático. Permitir isso seria permanecer indiferente ao risco de verminose que pode vir a afetar as instituições que estão sendo criadas e tornar-se conveniente com a ação perniciosa de tais indivíduos dentro da sociedade portuguesa.

É necessário que todos os autênticos democratas, não importa qual seja a corrente de pensamento político a que se filiarem, estejam atentos a esse tipo de personagem e tomem o cuidado de não se tornarem instrumentos de suas ardilosas manobras.

Não era intenção de PORTUGAL DEMOCRÁTICO apontar ninguém, porque a nossa linha de orientação, que nos tempos do fascismo sempre foi a de promover a unidade de todas as forças democráticas dispostas a combater o regime, é agora de promover a reconciliação de todos os portugueses, com tolerância de todos os modos de pensar desde que não sejam antagônicos com os legítimos e autênticos interesses do nosso povo.

Fazemos, no entanto, uma exceção para apontar um caso que serve de paradigma para outros que já ocorreram e que certamente ainda ocorrerão. É o caso do Sr. Rodrigo Leal Rodrigues, que em recente entrevista a um diário dessa cidade teve a desfaçatez de se apresentar como um liberal engajado no movimento democrático que depôs o salazarismo, classificando-se a si mesmo de "trincheteira avançada da Revolução em Portugal". Ora, o sr. Rodrigo Leal Rodrigues, proprietário do órgão fascista O mundo Português, editado no Rio de Janeiro, pessoa de confiança do falecido Salazar, de quem agora diz que nem era amigo, sempre foi considerado, em Portugal, como um delegado da PIDE no Brasil. E o seu comportamento corroborava perfeitamente a ideia que os seus compatriotas dele faziam: o sr. Rodrigo Rodrigues foi no Brasil, não só um incansável propagandista do fascismo nos tempos de Salazar, o que, diga-se, era seu direito, mas também — e isso já não era direito seu — um delator e um provocador de compatriotas seus nesta terra procuravam, a seu modo, e usando da tolerância que o povo e as autoridades brasileiras lhes concediam, abreviar o fim da ditadura que oprimia Portugal.

Muita gente se deve lembrar de quando o sr. Rodrigo Rodrigues, trazendo a tiracolo conhecida ex-deputada deste Estado, ia para a televisão fazer bravatas contra concidadãos seus que não pensavam à sua maneira e procurava criar em torno deles um clima de ódio e perseguição, sem jamais conseguir, contudo, realizar os seus objetivos. Que o sr. Rodrigo Rodrigues saiba que as manobras para tirar proveito pessoal de nova situação não terão o êxito que espera. Que outros esperanças ponham também as barbas de molho. Que as pessoas honestas estejam atentas para identificá-los e desmascará-los. São estes os votos de P. D.

OS >APOLÍTICOS<

Entre a colônia portuguesa do Brasil nos meios mais chegados ao governo fascista derrubado pelo Movimento das Forças Armadas portuguesas, os comendadores com «comenda» dada pelo salazarismo e manipuladores da maioria das associações portuguesas ou luso-brasileiras estão ainda perplexos com os últimos acontecimentos em Portugal. Se, por um lado, alguns deles

mais afoitos já se aprestam a aderir à realidade por que entendem que a mudança é para valer, outros, os mais rançosos, ainda esperançosos numa virada milagrosa, adotaram a atitude de se considerar «apolíticos» descartando-se assim de ter de tomar atitudes que feririam os seus bríos de «patriotas» humilhados e ofendidos. Encastelados nas diretorias das en-

tidades pseudo-representativas dos portugueses julgam-se a salvo do julgamento que os seus patricios lhes fazem, acusando-os do hermetismo em que sempre mantiveram essas entidades transformando-as em sinecuras de prestígio, aliás, nesta altura meio comprometedor, porque os identifica perfeitamente com o odioso regime que

era abominado pela maioria do povo português.

Vem este comentário a propósito duma iniciativa que o Centro Republicano Português de São Paulo está promovendo para que os portugueses desta capital possam demonstrar seu júbilo pela redemocratização de Portugal e

(Continua na página 7)

A ERA DA ESPERANÇA

FLORESTAN FERNANDES

Finalmente, a versão portuguesa do fascismo atingiu a etapa de sua desagregação. E isso acontece de uma forma que irá suscitar muitas indagações — os próprios oficiais das Forças Armadas serviram de fulcro à eclosão de uma «revolução dentro da ordem» que se colocou, em nome dos interesses nacionais e da restauração da democracia, contra o regime existente.

Na verdade, o colapso do salazarismo assemelha-se à agonia do próprio Salazar: uma morte lenta e tormentosa, como se uma gangrena insanável tivesse tomado conta do regime, correndo-o a partir de suas entranhas. Ao prolongá-lo por alguns anos, o caetanismo não conseguiu realizar a façanha que se propunha, de curar a gangrena, estabelecendo novas bases económicas, sociais e políticas para o funcionamento do mesmo sistema. Ao contrário, acelerou o processo de decomposição. Ao tocar nas fontes de seu imobilismo, desencadeou contradições novas ou agravou contradições antigas, que não tinha como controlar, ainda que contasse com um formidável organismo repressivo. Feliz enterro!

Há razões para uma imensa alegria. Pela primeira vez, depois de quase meio século, o povo volta às ruas e desfrela a bandeira portuguesa para saudar uma nova era de esperança. A alegria seria maior se o fim do salazarismo e do caetanismo fosse conquistado sob direta pressão popular, da luta do povo contra a ditadura, a opressão e a exploração. A gangrena, que corrompeu o regime e levou-o à agonia lenta, impediu que isso sucedesse. Todavia, a eclosão popular ocorreu como uma explosão de triunfo, de delírio libertário, ou seja, como um equivalente psicossocial e político da insurreição popular. O lo de máto atesta bem esse fato central. O povo, que não pôde fazer história, surgiu no momento dramático e, com o seu comparecimento maciço e delirante, mudou a qualidade dos acontecimentos. Alijado durante tanto tempo da cena histórica, reaparece através de seu delírio coletivo e indica que irá saturar todo o espaço político, do qual fora privado pela força bruta e pela tirania mais opressiva.

Esse final não tem um significado típico. Ele é puramente português. Outros países, que se defrontam com regimes análogos — mais ou menos obsoletos, mais ou menos obscurantistas, mais ou menos repressivos — não devem tirar conclusões erradas de tais fatos. No caso, a «revolução dentro da ordem» constituiu uma clara reação de autodefesa dos que, fazendo parte da maquinaria do Estado fascista, estavam condenados a se tornarem vítimas da gangrena que o consumia. Portanto, o polo dinâmico de todo o processo não foi uma vontade política organizada e refletida. Mas, o elo fragil do próprio regime, o seu ponto mais vulnerável e mais fraco: as Forças Armadas, que deviam tomar a si as tarefas sombrias e ultrajantes, na preservação do regime e na condução de sua guerra colonial — uma «guerra suja» — assumindo e corporificando uma responsabilidade política que, decididamente, não era sua, deram o basta.

Destes ângulo, o dinamismo da «revolução dentro da ordem», representada pelo levante militar e por seus desdobramentos posteriores, foi realmente o único elemento inconfundivelmente revolucionário na situação existente: os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Do mesmo modo que as forças revolucionárias do Viet-Nam, os movimentos de libertação africanos venceram sua primeira grande batalha dentro da potência agressora. Só que, no caso, as condições, as implicações e os resultados da vitória psicológica, social e política são muito diversos. Esse elemento revolucionário não pode ser neutralizado ou removido mediante composições militares, diplomáticas ou políticas simples. Ele ganhou uma primeira grande batalha e ganhará outras, sucessivamente, se não se entender convenientemente a natureza do seu entrocamento com os dinamismos da sociedade portuguesa. Já se disse que a guerra de guerrilha desses movimentos de libertação não pode ser vencida no terreno militar e que ela precisa ser deslocada para a esfera política. (1) No entanto, não se pode separar, com referência a tais movimentos, o que é «militar» do que é «político». A guerra de guerrilhas é, em si mesma, um fato político de impregnação militar. E não o inverso. Ela se impõe, pois, como um fato centralmente político, que possui uma dimensão militar insuportável e imbatível. Se a «revolução dentro da ordem» pretende seguir dentro dos eixos que foram proclamados ao povo português e ao mundo, ela precisa aceitar e lidar com esse fato como ele é, preparando-se, sem ilusões, para reconhecer o mais depressa possível a independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Aliás, esse parece ser o único caminho que permite levar a uma rearticulação provelosa de Portugal com a economia e os Povos do «ultramara».

Nos momentos de euforia, ligados à

eclosão popular e ao delírio do Povo, muita coisa foi ignorada ou esquecida. Na medida em que os acontecimentos seguem o seu curso histórico, porém, o estado emocional tende a desaparecer e a dar lugar a inquietações que se prendem, com frequência, a perguntas que não são satisfelias. E tempo, pois, de por no centro do palco o que tem sido ignorado ou meramente esquecido, por espinhosas que sejam as questões pertinentes.

Primeiro, as bases materiais de organização da sociedade portuguesa não foram tocadas. Os acontecimentos caminharão muito depressa e, de outro lado, sem uma vontade revolucionária que se colocasse, efetivamente, contra a ordem existente. Pode-se aceitar que esse era o «caminho natural». Contudo, isso já deixou de ser tão natural, pelo menos a partir das primeiras tentativas de reordenação institucional das forças políticas e da preparação da transição para a «nova ordem». Manter aquelas bases materiais intactas vem a ser, de maneira crescente, um risco incalculável. Elas é que criaram, no passado, as condições para o aparecimento, a consolidação e a persistência do fascismo. E preciso atacá-las a fundo e em tempo, se se quer fazer com que o processo espontâneo de gangrena seja substituído por um processo político de desfascistização sistemática da sociedade portuguesa.

Segundo, apesar dos avanços positivos promissores, algo é aterrador na presente situação portuguesa. A volta à experiência republicana e a restauração da democracia burguesa, nos delineamentos ideológicos visíveis mediante as manifestações e as proclamações da Junta de Salvação Nacional, aparecem como se Portugal retomasse o circuito da história como «Nação livre» em termos de um processo político interrompido pelo fascismo. Ora, tudo o que aconteceu se prende ao fato de que em Portugal não existia uma burguesia revolucionária, além do mais apta a concluir a transformação capitalista, com relativa autonomia, sob o capitalismo competitivo. Uma burguesia que pudesse, enfim, converter a economia capitalista e o Estado nacional em meios eficientes de sua realização como e enquanto classe. Por isso, o Salazarismo, como ditadura de classe, engendrou uma opressão institucionalizada que recuperava e atualizava velhos e odiosos particularismos, associando a dominação burguesa a uma economia capitalista dependente e sem vitalidade, bem como a um Estado autocrático, que só tinha de nacional a sua fachada. Restabelecer a ligação do presente com o passado, como se os males estivessem conjurados, é algo inconcebível e aterrador. O regime fascista, especialmente depois da II Grande Guerra, articulou Portugal ao capitalismo monopolista e a um novo tipo de imperialismo, dos quais ele próprio se tornou uma «fronteira interna» e uma «vanguarda política». Sob o delírio emocional, é possível reasimilar e absorver palavras de ordem superadas, mas passados os momentos de delírio coletivo, o que fica? Os riscos de voltar as costas ao inimigo principal da democracia e da participação popular — o qual permanece intocável — e de per-

mitir-se, por omissão, o restabelecimento do fascismo de forma mitigada e dissimulada (agora, talvez sob o manto de uma «democracia consentida» e garantida pela tutela militar, uma tutela das classes possuidoras e de suas elites, são muito grandes.

Terceiro, a escamoteação intrínseca a todas as «revoluções dentro da ordem», especialmente as que são fomentadas e levadas a cabo através de elementos palacianos ou em virtude das contradições que afetam as classes possuidoras e suas elites no poder. Esses tipos de revolução em geral admitem o Povo como figurante de massa. Mas, neles a contra-revolução segue de mãos dadas com a revolução propriamente dita. Isso faz com que, superadas as fases da «crise», o poder conservador retoma o controle da situação e desloca o figurante de massa, crescentemente indesejável e inconformavelmente perigoso. Ora, em Portugal, o processo revolucionário é posterior ao levante militar; este desencadeou aquele processo, que só começa a existir depois da implantação da Junta de Salvação Nacional e do Governo Provisório em preparação. Por aí se vê que a esquerda — toda a esquerda, não só os partidos socialista e comunista — tem necessariamente de quebrar qualquer timidez. Ela não pode nem deve aceitar, em particular, as pressões que visem a neutralizar ou impedir os «conflitos de classe» e o seu agravamento. Cada pressão desse tipo que a esquerda aceitar e observar corresponderá, simétrica e automaticamente, a um conflito de classe desencadeado e vencido pelas classes possuidoras e suas elites, como parte de um processo contra-revolucionário, que poderá crescer com enorme rapidez. Portanto, a tarefa imediata essencial da esquerda consiste em suprimir, tão depressa quanto for possível, o hiato de socialização política das massas populares, que foram dissociadas, pelo regime fascista, por quase meio século, de qualquer atividade política militante e independente. Se essa tarefa não for compreendida corretamente, é previsível que o Povo continuará nas ruas e que o delírio coletivo continuará em maré montante. Mas, para o benefício da dominação da minoria, que voltará, assim, a manipular e a usar o Povo em propósitos antidemocráticos e antinacionais, para dizer-se o menos.

Estas reflexões nascem de uma profunda identificação com a alegria do Povo português. Sou um brasileiro de primeira geração, descendente de portugueses e que se orgulha dessa origem. O meu entusiasmo sentimental não me impede, porém, que reflita sobre a situação como socialista militante. Não nos interessa nem nos comove, nos dias que correm, qualquer espécie de liberdade, de autonomia nacional ou de democracia. O que queremos é um Portugal tão livre e democrático a ponto de não precisar nem da autoafirmação colonial, nem da dependência económica e cultural perante a dominação imperialista, nem da opressão inerente à democracia burguesa, com ou sem tutela castrense.

(1) Cf. Antonio de Espínola, Portugal e o Futuro, Lisboa, Arcádia, s. d., passim.

ATO NO RIO DE JANEIRO

Os democratas portugueses do Rio de Janeiro reuniram-se em sessão cívica na Casa das Aldetas de Portugal. No ato que transcorreu em ambiente festivo e de unidade entre os participantes na afirmação dos ideais democráticos, falaram o poeta Veiga Leitão, que o presidiu, o ex-capitão do exército português Manuel Pedrosa, o representante do «Portugal Democrático» Eugénio Mercês, Rosa Maria Rainho, natural de Moçambique, e Jaime Conde. Assinado por cerca de 50 democratas presentes ao ato foi encaminhado à Junta de Salvação Nacional, o seguinte documento:

Democratas portugueses, reunidos no Rio de Janeiro, onde residem, alguns em longo exílio de mais de 40 anos, que jamais se omitiram de afirmar a sua oposição ao regime salazarista, conscientes dos riscos a que isso os conduzia, de prisão, exílio e, alguma, até da própria vida, sentem o dever de manifestar, nesta hora, o seu patriótico apelo político à Junta de Salvação Nacional e aos valorosos soldados e oficiais do Exército, da Marinha e da Força Aérea, vitoriosos. Finalmente vitoriosos! Numa luta que é de todos e não terminou, pois ela compreende novas e renovadas conquistas, decorrentes do progresso indetenível da Humanidade. Progresso que se manifesta nas múltiplas faces da vida social e política das nações e com o qual os portugueses democratas do Brasil, ex-exilados da Pátria, desejam, por todos os meios Portugal venha a reatar, urgentemente.

Neste sentido, os portugueses abaixo assinados, de diversas tendências políticas, desejam ver criadas as condições

para que possam participar activa e efectivamente no trabalho de reconstrução política e económica que o país carece, dentro e fora dele, declaram que:

- Reafirmam a sua inabalável fé no processo democrático para a busca de soluções nacionais para os mais graves problemas nacionais;
- Reconhecem que os povos das colónias portuguesas que desejam a independência têm o direito e o dever de lutar por ela e apelam para uma trégua na luta armada, que permita o diálogo franco e aberto que conduzirá a soluções justas e honrosas;
- Repudiam a acção de todos e quaisquer grupos ou pessoas que, em defesa dos seus pontos de vista, usem de violência, incompatível com o sistema democrático.

No que se refere ao Brasil, ponderam os signatários que, neste grande e generoso país há uma falsa imagem de Portugal, induzida por mais de 1 milhão de emigrantes económicos, que mourejam em actividades modestas, de pequeno comércio, e por uma dúzia de comendadores enriquecidos, com algum poder de expressão, circunscrito às casas regionais da colónia portuguesa, onde o saudosismo da terra se confunde com o salazarismo.

Para nós, «democratas portugueses do Brasil», mais sensíveis à imagem do nosso país, urgente e necessário se torna que, no novo e amplo ambiente de convivência de ideias, essa imagem adquira a sua verdadeira face, através da legítima representação de todos os portugueses, até agora afastados, por suas convicções democráticas, do movimento associativo de portugueses e da Embaixada de Portugal.

Homenagem dos estudantes da USP aos exilados portugueses

Na Universidade de São Paulo, sob iniciativa dos Diretórios Académicos, e com a presença de mais de 2.000 estudantes, entre os quais muitos professores, foi levado a efeito um Ato de homenagem à Oposição Democrática Portuguesa no Brasil, pelo derrubamento da ditadura fascista em Portugal. Ao Ato, que se transformou em homenagem póstuma ao professor Vitor Ramos da Faculdade de Filosofia, falecido nessa mesma manhã, estiveram presentes na Mesa os seguintes convidados Eng. Sylvio Band, Comandante Sarmiento Pimentel, eng. Jorge Fideleiro Figueiredo, D. Lella Figueiredo, capitão Ciriaco da Cunha, pintor Fernando Lemos, representante da Casa de Espanha, Juan Blanco, Waldemar Castro Soromenho, Dr. Edson Rodrigues Chaves, Irene Aragão, a equipe do «Portugal Democrático» e os Professores Antonio Soares Amora, João Paulo Casais Monteiro, Luís Roberto Salinas Fortes, Paulo Emilio Sales Gomes, Sábado Magaldi, Antonio Cândido, Carlos Guilherme de Mota e Jamir Almansur Haddad.

Sylvio Band, grande e velho amigo de Portugal e dos portugueses, o qual sempre acompanhou de perto os problemas da Oposição Democrática Portuguesa neste país, abriu a sessão pronunciando o discurso que a seguir transcrevemos: Peço licença a esta assembléia; para dar início a este ato, lendo algumas palavras introdutórias, há pouco rascunhadas, por absoluta impossibilidade do imprevisto. A emoção desses 10 dias de jubilo por ver se coroa uma etapa importante da luta pela liberdade em Portugal, somou-se o impacto desaparecimento fulminante do companheiro e professor Vitor Ramos; a tragédia está presente neste exato instante como todo o seu impacto, para permitir que os pensamentos se transformem em palavras fiéis, de improviso.

Este ato se transformou repentinamente em festa e luto. Festa pela comemoração da queda da ditadura fascista que agrihou o povo português por 48 anos; luto, por quem entre nós não está presente, e o merecia pelos seus anos de longa, tenaz e perseverante luta.

Quis o destino de uma forma injustamente maldosa, que o companheiro e professor Vitor Ramos fosse vitimado no exato momento em que, ao meio de uma reunião, na qual estava alguns dos aqui presentes, falava ao telefone com o Prof. Antonio Cândido de Melo e Souza acertando detalhes do ato que acabou se transformando em sua homenagem.

O primeiro pensamento foi o de cancelar o ato, mas em seguida, buscando desesperadamente momentos de maior serenidade, resolvemos prosseguir com esta manifestação, pois acreditamos, tal seria a orientação se ele pudesse decidir. E aqui estamos nós em festa e em luto.

O companheiro e professor Vitor Ramos vitimado pela emoção de ver atingida uma etapa, importante na luta que há décadas se dedicou, desaparece. Desaparece num dos pontos altos da luta, e da organização desta comemoração, a qual ele era dos que mais merecia participar como homenageado.

A homenagem é esta, companheiro e professor Vitor, ainda que em sua ausência dolorida. Descansa merecidamente querido Vitor, que seus companheiros portugueses, sem dúvida nenhuma, tudo farão para empunhar bem alto este cravo vermelho como símbolo, continuando a luta que para eles como para você ainda muito resta para se atingir os altos ideais de justiça que você almejava de um Portugal democrático; descansa Prof Vitor que seus alunos da U.S.P. lhe recordarão como alguém que a eles sempre compreendeu nas lutas, as mais amplas, bem como nas restritas aos órgãos diretivos da Universidade, e com eles sempre marchou nos momentos críticos da vida universitária brasileira.

O cravo vermelho foi transformado pela espontaneidade do povo português no símbolo desta festa da liberdade. Para o povo português este cravo vermelho simboliza o fim dos cruéis dias que duraram 48 anos; simboliza o fim das prisões injustificadas, das torturas físicas e morais a que ele foi submetido; esta pequena flor simboliza o direito à livre manifestação de pensamento ao pleno exercício do trabalho universitário, sem temor cultural que representava para Portugal o sistema repressivo dentro das Universidades fazendo com que grande parte dos melhores dentre os professores e alunos se vissem constrangidos a se afastarem da Universidade ou a buscarem o exílio; esta pequena flor, simboliza dentro da livre manifestação de pensamento, a possibilidade do povo português começar a empreender uma luta no sentido de varrer os condicionamentos estruturais da sociedade portuguesa que permitiram que um grupo de detentores do poder económico-político explorasse quase à exaustão o povo, pois conse-

guindo a liberdade política ampla, começa a grande tarefa de Portugal pela vontade soberana da maioria de seu povo encaminhar-se para uma sociedade alicerçada nos históricos ideais da dignidade, liberdade humana, compreendendo esta liberdade por fundamento o direito à uma condição digna de vida para a maioria de seu povo que deve ser soberano nas decisões e não a uma minoria privilegiada; este cravo vermelho simboliza por outro lado, na sua cor, o sangue vertido por uma parcela de valorosos combatentes anti-fascistas que não tiveram a felicidade de ver chegado este momento da História portuguesa para o qual eles tanto contribuíram, mortos que foram nos cárceres ou na luta com o aparelho fascista, e nestes, em evidência, os elementos do movimento de libertação das populações negras, que tombaram sob a inclemência e a barbaridade da guerra nas colónias portuguesas.

Este cravo simboliza ainda, o comovido espetáculo de um povo contrair-se com seus soldados nas ruas, soldados de um exército que exaurido nas inúteis e anti-históricas lutas coloniais, resolveu recuperar suas origens populares e se fazer porta voz de seus anseios legítimos como aliás acontece em momentos de história de outros povos. Que espetáculo comovido este, levando em conta todas as implicações políticas mais amplas, ao se verem as bocas dos canhões que ainda ontem atiravam contra o povo, serem enfeitadas com esta mesma flor;

É este cravo vermelho que nós brasileiros e portugueses reunidos, estamos festejando em tudo aquilo que ele simboliza; esta flor nós vem sendo enviada pelo povo português nas ruas, que nós recolhemos do calçadão do companheiro Vitor Ramos há poucas horas atrás, quando fomos lhe dar a última saudação, esta frágil flor, porém poderosa no que simboliza, nós a festejamos agora ansiando — portugueses e brasileiros — para que esta flor possa ser festejada por todos os povos que dela estejam necessitados como símbolo.

PALAVRAS DE SARMENTO PIMENTEL

Faço primeiro a minha apresentação: Quatro anos na Grande Guerra de 1914. Tres revoluções, Quarenta e sete anos de exílio.

Tudo foi por amor a Portugal, à República, à Democracia, à Liberdade. Sempre em defesa dos direitos do povo, da sua existência sem que continuasse na dura contingência de não ter o pão de cada dia, uma casa para abrigar a família, umas leiras suas para cultivar. Eu ambicionava, como ainda hoje ambiciono, que a grande maioria dos meus patriotas terminasse sua triste condição de servos da gleba. Eu queria, e ainda hoje continuo a desejar, que a nossa Liberdade não seja aquela liberdade burguesa que permite aos ricos continuarem cada vez mais ricos e os pobres sempre mais pobres, mas a Liberdade que vos ambicionais, para todos os povos da terra e que lhes garanta uma vida feliz, digna de ser vivida, sem humilhação, sem omissão, ha suas aspirações de independência, de saúde, de instrução, regalias que nos tempos que vão correndo só usufruem os cartolas, os grandes, os ricos.

Tantos sacrifícios que fiz, tantas privações por que passei, todos os prejuízos morais e materiais que me causou a cruel e apocalíptica ditadura fascista que talou e errou o meu país, tudo é hoje compensado pela alegria de estar falando convosco e ler no vosso semblante jovem, no vosso olhar inteligente, indagador, a esperança no futuro, o contentamento do vosso generoso e fraterno coração por saberdes que milhares de presos políticos, milhares de exilados obtiveram, conquistaram finalmente, essa Democracia, essa Liberdade que por um modo ou por outro vos exigis. Foi restaurada a República Portuguesa que eu ha 64 anos ajudei a proclamar.

Quando felicidade a minha! Idees ver um Portugal para todos os portugueses, uma Democracia socialista como aquela que governa os países: mais cultos e mais desenvolvidos da Europa. Agora só nos falta a paz na África. É preciso que a guerra termine urgentemente. Aquela das Colónias Portuguesas, como todas as guerras do mundo, tem por pai o interesse, por mãe a ambição, por próximos parentes todos os vícios capazes de levarem os homens ao mal, todas as crueldades que deshonram os homens, que ofendem o coração e alma de todos vós jovens estudantes, meus amigos, meus companheiros e preparação dum Evangelho que é beleza, graças, amor, carácter, inteligência.

COMUNICADO

Em face dos últimos acontecimentos em Portugal e das suas repercussões no exterior, particularmente no Brasil, a Unidade Democrática Portuguesa sente-se no dever de vir a público, denunciar a atuação de certos elementos que, tendo sempre se confessado adeptos e propagandistas do salazarismo, vêm atualmente fazendo declarações que em absoluto não condizem com o seu passado político recente.

Embora não animada por qualquer sentimento de hostilidade contra tais elementos, não pode a U.D.P. silenciar, por exemplo, sobre a entrevista de página inteira, concedida pelo sr. Rodrigo Leal Rodrigues a um jornal diário de São Paulo, em que o mesmo se apresenta como destacado defensor dos ideais democráticos e «trincheira avançada» da revolução em Portugal.

E do conhecimento público que o referido elemento, hoje dirigente do semanário «Mundo Português», sempre se evidenciou por sua posição declarada em favor da ditadura fascista em Portugal, como bem demonstrou em programas de TV e em outros locais, onde, ao lado de conhecida ex-deputada, manifestou claramente suas ideias a favor do regime ora deposto. Além disso, suas ligações com a PIDE, desde Portugal, ficaram provadas com numerosas denúncias por ele efetuadas contra democratas portuguesas exiladas, procurando criar em torno destes, um clima de hostilidade e perseguição.

Assim sendo, a U. D. P. alerta a todos, não apenas contra este, mas contra outros oportunistas, que vêm procurando confundir a opinião pública sobre o verdadeiro caráter de suas posições.

São Paulo, 8 de maio de 1974.

UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA

Com. João Sarmento Pimentel, Manuel Ferreira Moura, Fernando Leamas, Joaquim Quiterio, Raul Ciriaco da Cunha, Helder Costa, Alexandre A. Pereira, Alfredo Masson, Antonio Amorim, Joaquim Duarte Batista, Manuel Soares, Pedroso Marques, Mário Beça, Francisco Sarmento Pimentel, João Paulo Monteiro, Angelo Ferreira da Silva, Eugénio Mercês, Velga Leitão, Jorge Fernandes de Carvalho, João Correia, Julio Duarte, J. Bastos, Jaime Labino, Antonio Bahia, Joaquim José Antonio Bravo e Lenine de Jesus Alexandre.

OPORTUNISTAS, AGITADORES VIRA - CASACAS ...

Depois dos actos de civismo patenteados ao mundo pelas atitudes do povo português, onde estão incluídas as Forças Armadas, começam a surgir como elementos perturbadores precisamente aqueles que mantiveram o País durante quarenta e oito anos em ditadura fascista, segundo eles para manutenção da Ordem! ...

Foram tão monstruosos seus crimes, tão abusivos seus gastos ao Tesouro Nacional, tão repelentes as explorações feitas pelos magnatas situacionistas aos trabalhadores portugueses, e tão desumanos e despóticos os processos usados pelos organismos de pressão policial, estes executados pelos elementos da mais baixa escória social, que agora com a derrubada do odiado fascismo, por estarem conscientes das monstruosidades de seus crimes, e até por medos desesperadores, pretendem perturbar a Ordem, cuja manutenção sempre invocavam para acobertar seus crimes e seus constantes abusos de autoridade.

Ex-ministros, altos funcionários, agentes e informadores da extinta PIDE e Legião Portuguesa, procuram desesperadamente meios de influência, com o objetivo de tentarem, desmoralizar todos os Patriotas — militares e civis — responsáveis pela volta a Portugal dos mais elementares direitos de cidadania, conseguidos com a derrubada do fascismo. Aqui mesmo no estrangeiro, além dos que atônitos e acovardados, não são pelas suas atitudes de fidelidade ao sistema fascista, como para com a atual renovação social portuguesa, e por serem incapazes de assumir as responsabilidades que a adversidade impõe aos que defendem princípios retrógrados e reacionários, já no entanto pretendem apesar de tudo, verificar qual será a porta aberta, para poderem afirmar-se os ortodoxos Democratas, por uma hipócrita adesão! ...

Já nos havia mostrado a História do regime Republicano, que para indivíduos em cujo subconsciente só existe a prática do mal, a crítica destrutiva, a intriga e um conservantismo arcaico e reacionário, não deve haver benevolentes esperanças de recuperação moral e social, porque sendo pessoas incapazes de conceber a chamada evolução dos tempos estas, só comuns aos Idealistas de quaisquer tendências políticas, suas atitudes só poderão atrasar a marcha dos acontecimentos, prejudicando-os. Já a República, pela isenção democrática de seus sinceros e honestos líderes, que possuídos de uma ingénua formação idealista, passavam atestados de bons republicanos a indivíduos que demonstravam não ser mais que aproveitadores oportunistas e que foram vítimas, como também todos nós, das mais

OS «APOLÍTICOS» (Conclusão da página 3)

dar seu apoio ao Movimento das Forças Armadas artífice da profunda modificação havida no seu país. Esta entidade fundada em 1908 sempre foi um baluarte contra o fascismo salazarista. Tem como presidente essa figura histórica da resistência no exílio que é o Com. João Sarmento Pimentel. As vicissitudes adversas impossibilitaram-na de manter uma sede condigna. Assim, o C. R. P. decidiu solicitar primeiro da Casa de Portugal, e após a negativa desta, do Clube Português, um salão onde realizar tal comemoração. Ambas as entidades alegando que seus estatutos não permitem manifestações políticas em suas sedes, não celebaram salão de festas. Sabemos que a Casa de Portugal é um coito de velharias e sua ligação aparente com o Consulado afastou ha muito dessa casa a convivência da maioria dos portugueses. No tempo do fascismo sucediam-se os banquetes e outros ágapes para os figurões do regime que vinham a São Paulo, organizados por ela. Seu «apoliticismo» não era lembrado nesses momentos. Afinal se entendiam bem. Quanto ao Clube Português, apesar de ser uma entidade luso-brasileira, sofre também a influência das viúvas do salazarismo. Esperamos que o vento que varre Portugal limpando-o da sujeira acumulada nestes últimos 48 anos, venha soprar por estas bandas arejando estas e outras entidades, abrindo-as para uma real participação de todos os portugueses.

1.º DE MAIO EM SÃO PAULO

Realizou-se em São Paulo no dia 1.º de maio um almoço de confraternização entre portugueses e espanhóis democratas com a presença de centenas de participantes. Sob o signo do cravo vermelho distribuído entre os presentes a festa foi transformada num ato de homenagem ao Novo Portugal. Juan Blanco, falando em nome dos espanhóis, relembrou a luta dos exilados portugueses e espanhóis e das muitas iniciativas que, em conjunto, empreenderam para a denuncia dos crimes praticados pelos governos fascistas da península ibérica. Um representante da Unidade Democrática Portuguesa agradeceu em breves palavras a homenagem e falou da esperança que os acontecimentos em Portugal trouxeram para o povo do país irmão.

RAUL CIRIACO DA CUNHA

ferozes perseguições, quando pelas mesmas razões de oportunismo, eles apareceram servindo o salazarismo. Foram estes mesmos elementos que criaram o caos político e social na República, como prelúdio preparativo para a instalação no país do nefasto e traiçoeiro Estado Novo.

Serão incapazes de compreender esses verdadeiros inimigos da democracia os gestos honrados e dignos da Junta de Salvação Nacional e dos colaboradores de todas as tendências políticas que com ela estão trabalhando em labor patriótico e com vistas a colocar de novo Portugal no melhor conceito mundial.

Mesmo com o critério esclarecido, humano e justo que lhes assegurou a proteção de vidas, para eles, vencidos, afirm de se evitar que o ódio por eles próprios criado com seus desmandos, este ódio aliás bem justificado pelo povo, mas que em nada justificaria novos crimes de represália, nem assim mesmo deixarão de tentar perturbar a democratização de Portugal, de que sempre foram inimigos conscientes. Inconformados com sua derrota infalível procurarão alterar a ordem com vistas a entorpecer as medidas preventivas de saneamento nacional que possam impor Portugal no melhor conceito das nações.

Como por vezes o destino revela sua ironia!

E, eramos nós os democratas, acusados de fomentar a desordem, de desprezitar a Pátria, quando apenas pretendíamos e pretendemos, que essa terra de heróis por suas afirmações, não só nas suas tradições no passado como estas do presente, confirmem a frase escrita na nossa bandeira: — DITOSA PÁTRIA QUE TAIS FILHOS TEM.

Mas, seja-me permitido também assinalar, com a autoridade que me assiste na qualidade de soldado da de-

ELOGIO DE VITOR RAMOS

CARLOS GUILHERME MOTA

«... não se vai chegar ao restabelecimento da Democracia em Portugal sem o esforço unido de todos nós, sem a colaboração, que tem que ser confiante, de todos numa tarefa que exige tenacidade a uma idéia, paciência e acima de tudo muita fé no destino de Portugal e no da Democracia».

Vitor Ramos, no discurso de 5 de outubro de 1971, em São Paulo.

Uma semana após a queda do regime salazarista, falecia em São Paulo o professor Vitor Ramos, um dos fundadores do Portugal Democrático, e Professor Titular de Letras e Literatura Francesa da Universidade de São Paulo.

Seu desaparecimento encheu de consternação o meio acadêmico em que desenvolveu sua atividade profissional, onde obteve seus títulos e, o que é principal, o respeito e a admiração de seus colegas professores e o carinho de seus alunos. Colegas e alunos, com Vitor Ramos aprendemos que a teoria e a prática não podem caminhar separadas. Seu exemplo pessoal é bem significativo: titular de um dos postos mais representativos da Universidade de São Paulo, membro da Congregação de uma das Faculdades mais prestigiadas da América Latina, foi durante reunião da Unidade Democrática Portuguesa em sua casa, que nosso companheiro se viu acometido do derrame cerebral que provocaria sua morte. Preparava com seus companheiros a comemoração da derrocada do fascismo salazarista e a despedida de exilados portugueses em São Paulo, acertando alguns pormenores com os estudantes que generosamente ofereceram o ambiente da USP para a confraternização democrática, quando a emoção o ultrapassou. Desse homem completo, que possuía clara a noção de que a teoria não faz sentido quando separada da prática, ficam muitas lições e grande saudade. Fica a idéia de que o intelectual que acredita numa teoria da história sólida e bem definida pode exercer um papel decisivo no processo de instauração — por vezes lentíssimo e sofrido — de uma ordem social justa, democrática, livre.

Consternada ficou também a oposição portuguesa no exílio, a qual teve em Vitor Ramos, como também no saudoso companheiro Augusto Aragão, uma espécie de ponto de referência constante. Nos momentos mais complexos, de difícil interpretação, ou em momentos em que o desânimo principiava a se insinuar nesta frente avançada da Oposição, surgia a palavra simples e clara de Vitor que, sem ser professoral, exercia a docência no mais alto sentido, apontando as coordenadas do processo histórico que vivíamos, ponderando que, às vezes, é necessário o recuo, a quietação, para retomar a ação com energia redobrada e retemperada. Em certas ocasiões de difícil interpretação da história recente de Portugal, o Professor ficava «à busca de uma estrutura simples», como ele próprio dizia, para situar seu pensamento e sua atividade política, e nortear seus companheiros. Nos momentos de desânimo, em que a derrubada do salazarismo e do caetanismo parecia muito mais distante do que o foi, Vitor surgia sereno, confiante, seguro de que a história possui uma

lógica interna inexorável. E essa segurança era transmitida a todos nós.

O professor Vitor Ramos, embora tenha galgado os postos mais altos da maior Universidade brasileira, permaneceu um homem modesto, atento, gentil, igual. Em ambiente elitizante, não perdeu o contato e diálogo com seus companheiros mais modestos da Oposição, nem com seus alunos. Não foram poucas as vezes que garantiu a publicação e a continuidade do Portugal Democrático, dando cobertura e colaboração efetiva, em circunstâncias as mais desfavoráveis. A fidelidade a um ideal, eis o que nos ensinou o companheiro Vitor, que, por todos os motivos, poderia ter sido absorvido por um ambiente mais gratificador que o ambiente português de então.

Nosso companheiro, que desapareceu aos 54 anos, completara essa idade no dia da queda do regime: 25 de abril. Teve o privilégio, que tantos outros não tiveram, de ver ruir o regime que combatera durante a maior parte de sua vida e que fora o responsável por sua emigração. Formado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exerceu o jornalismo em França — onde estudou com o Professor Léon Bourdon, sob cuja orientação perquisou a obra de Cavaleiro de Oliveira. Tendo chegado ao Brasil em 1953, constituiu família e se radicou em São Paulo, tendo sido logo convocado para lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis onde, com o Professor Antonio Cândido, que se tornaria um de seus amigos mais firmes — inclusive afinando no plano dos ideais intelectuais e sociais —, constituiu um poderoso núcleo cultural, com o auxílio do Professor Soares Amora, entre outros. Pela mesma época, escrevia para os principais periódicos especializados, destacando-se seus trabalhos no Suplemento Literário de O Estado de São Paulo, além de colaborações em revistas especializadas no Brasil e no Exterior.

Já na Universidade de São Paulo, Vitor Ramos transformou-se no principal especialista em seu campo. Defendeu tese de Doutorado sobre o dramaturgo francês Rostand, obtendo distinção. Após o concurso de Livre Docência, considerado brilhante pelos mais exigentes colegas, Vitor recebeu convites para lecionar em várias universidades do Exterior, tendo passado dois anos como professor-visitante na Universidade de Califórnia (campus de Davis). Foi-lhe oferecida «tenure» (estabilidade, com todas as vantagens de um Titular), mas Vitor estava por demais ligado à Universidade de São Paulo, à Faculdade de Filosofia; prestou concurso para Titular, com uma esplêndida aula sobre Cornélie, obtendo os valores máximos no julgamento da Banca Examinadora.

Durante esse período, especializou-se em tradução, tornando-se um dos prin-

cipais conhecedores do ofício, dentro da comunidade acadêmica.

Na oposição portuguesa, além de ter sido fundador do Portugal Democrático, participava da Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, estando presente a todas as atividades dos exilados. Seja nos Congressos internacionais (como, por exemplo, a Conferência Internacional de Anistia aos Presos e Exilados Portugueses, realizada em Ottawa, Canadá em 1965), seja nas comemorações do 5 de outubro em São Paulo, seja na elaboração deste jornal, seja nas conferências e publicações sobre (e contra) o fascismo em Portugal e nas colônias, lá estava e companheiro Vitor Ramos — discreto, eficaz, permanente.

Pelos serviços prestados à cultura francesa no Brasil, recebeu várias condecorações, inclusive as «Palmes Académiques». Era seu cuidado constante a manutenção das janelas abertas para o Exterior, sem se preocupar com os modismos. Discretamente, Vitor sabia evitar o dernier cri pedante, preferindo favorecer representantes de uma cultura empenhada, senão engajada. Não que fosse intolerante: em sua roda de amigos pessoais sempre houve lugar para o não-engajado. Na oposição portuguesa em São Paulo, Vitor aprendera com pessoas como o saudoso Sérgio Milliet (outro inimigo do salazarismo, e muito generoso para com os mais novos, como o próprio Vitor Ramos) a arte de relevar: respeitava a opinião alheia, mas não transigia naquilo que lhe parecia essencial. Preciso, com uma lógica férrea bem temperada pela cultura francesa, o companheiro Vitor Ramos não tolerava entretanto os eufemismos. Não tolerava que a noção de auto-determinação, por exemplo, se prestasse a torneios intelectuais, ou a artificios semânticos. Em se tratando de Portugal Contemporâneo, a formação cultural e política de Vitor Ramos apontava para uma só direção: a independência imediata das colônias, o direito pleno da liberdade de expressão, e redefinição em profundidade das estruturas sociais arcaicas da ex-metrópole.

sempre nos permitiram o diálogo e a exposição de nossas ideias sem que descessem à denúncia policial, adversários leais, que iludidos ou mesmo convencidos de que o regime agora deposto era um mal menor mas necessário, critério que nunca foi da minha concordância, conservo todo o meu respeito e espero que uma vez comprovados seus erros, se sintam também na obrigação de colaborar para dias melhores onde possamos sentirmo-nos todos dignos uns dos outros.

Aos que sem convicções, apenas pretenderem aproveitar-se, como sempre o fizeram em todos os regimes, da nova ordem da sociedade portuguesa, e já alguns se manifestaram mais democratas do que nós, reservo-lhes o mais absoluto desprezo. São sem dúvida estes os chamados adesivos que já tanto prejudicaram a República no passado, e que o povo em sua simplicidade, mas com clareza objetiva, classificou de vira-casacas... Será prudente tomarem-se as medidas tendentes a não lhes proporcionar sua infiltração. Que as rosas e os cravos oferecidos tão amigavelmente aos soldados de Portugal como prêmio de suas atitudes cívicas lhes recordem sempre que as armas de que são os legítimos detentores, jamais poderão servir para voltarem a estar contra o povo, ou seja, contra a Nação.

Para os que se encontravam até ao histórico dia 25 de abril do corrente ano, no outro lado da barricada, e que

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Edison Rodrigues Chaves

REPRESENTANTES

RECIFE: Angelo Ferreira da Silva
R: do Hospício, 148, 1.º, Apto. 108

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S. W 8

BELGICA: Antonio Casanova 35, rua Montenegro, 1060 — Bruxelas — Belgique

HOLANDA: TULIPA VERMELHA — Post-bus 12039 — AMSTERDAM — BIJMERMEER.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association P.O. Box 72.

WESTON-ONTARIO VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovni Urad — Jindřiská UL, C: 14 Scharánka 646 — Praha 1 FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático» — 2, place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Seine — França

REDAÇÃO: Rua Libero Badaró n.º 488 5.º and. — s/50 — F. 37-0933 Caixa Postal, 6248 São Paulo — Brasil

EXPEDIENTE: Dias úteis: das 19 às 22 hs. Assinatura para o exterior US\$ 8,00

Composto e Impresso: Sociedade Impressora Pannartz Ltda. Rua Almeida Torres n.º 119 Prédio IV - Aclimação - SP

ANO XVIII N.º 186 MAIO DE 1974

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade

agência TRIÂNGULO de seguros s. a. SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS RUA BARÃO DE ITAPETINGA, 255 (GALERIA CALIFÓRNIA), 11.º andar, conj. 1 107 Telefones: — 32-4882 e 37-2774 SEGUROS DE INCENDIO SEGUROS EM GERAL SÃO PAULO Endereço Telegráfico: — «CAMBRONNE»

PEQUENAS NOTÍCIAS

* Notícias filtradas de Lisboa dizem que um ex-préso político pediu dispensa no emprego para ajudar as Forças Armadas a caçar ex-agentes da PIDE-DGS. Até aos primeiros dias de maio já iguravam no ativo do improvisado Sherlock Holmes o bonito saldo de 16 capturas. O feitiço contra o feiticeiro.

* Impedidos de comemorar o 1.º de Maio em seu país, elevado número de espanhóis, principalmente jovens, — alguns que se encontravam já em Portugal e outros que se deslocaram propositalmente, — solidarizaram-se e participaram com os trabalhadores portugueses na grande festa do Dia do Trabalho. Nessa gloriosa jornada fizeram-se representar ainda, vários partidos clandestinos da oposição democrática espanhola ao regime fascista de Franco.

* Segundo informações provenientes de Leiria, todos os elementos, da ex-polícia política estão em liberdade. A autoridade responsável pela ocupação das instalações da ex-PIDE-DGS, da Legião Portuguesa e da Acção Nacional Popular, teria dito «ter poderes para ocupar as sedes das respectivas organizações fascistas, mas não para prender os seus elementos». Sem comentários...

* Em notícia publicada pelo jornal «O Seculo», de Lisboa, chega-nos a informação de que mais de 22 mil indivíduos eram fiéis servidores da ex-PIDE-DGS, entre inspectores, sub-inspectores,

chefes de brigada, funcionários e, sobretudo informadores. Um número sete vezes superior ao ca. cu. cu. anteriormente. Uma verdadeira legião de mal-litos, corruptos, desclassificados e criminosos que atentavam permanentemente contra a vida pacifica dos cidadãos. Em suma, a escoria da sociedade que garantia de certa forma (e de que forma!) a transcendência e a pureza do corporadismo de Salazar, Caetano, Tomaz, Rapazotes e Cia.

* Vítimado por colapso cardíaco, faleceu na véspera do 1.º de maio, no aeroporto de Lisboa, o escritor e poeta Costa Mendes, enquanto aguardava o «avião de aeronaves» que trazia de volta a Portugal vários ex-exilados. O conhecido democrata e homem de resistência a ditadura fascista, não resistiu à emoção do feliz acontecimento.

* No Barreiro, o parque do centro da rua que ostentava o nome de «Oliveira Salazar», passou a denominar-se «Parque Catarina Bulemia» em homenagem a heróica camponesa do Aentejo, assassinada em 1950 por um tenente da GNR chamado Carrajola. Para semi-oficializar o baptismo, o povo do Barreiro substituiu a placa anterior (onze irrequietamente apareciam inscrições inconvenientes) por uma lápida provisória.

* Quando da devassa à antiga sede da PIDE-DGS, entre as muitas coisas

«curiosas» encontradas, estava uma dependência aberta à visitação dos jornalistas, que o cicerone, um jovem aspirante do exército, denominou «gabinete da corrupção». Tratava-se de uma sala de pornografia onde figuravam entre outros objectos originaes «collants», «soutiens», calcinhas de várias cores, cosméticos, perfumes e fotografias de corpos esbeltos e nus, e outros etc. Pelas informações recebidas, os repórteres souberam que o gabinete se destinava à distração dos agentes.

* Em várias localidades do distrito de Castelo Branco, a 5.ª Companhia do Batalhão n.º 5 da Guarda Nacional Republicana fez a apreensão de cerca de 200 espingardas de guerra e 5.000 cartuchos pertencentes a ex-organização paramilitar fascista Legião Portuguesa. A GNR está comprometida no desmantelamento das unidades repressivas do antigo regime.

* Faleceu em Lisboa o democrata Alberto Duarte de Albuquerque, que agra entrada no hospital psiquiátrico «João de Matos», em consequência de doença provocada pelas torturas físicas e psicológicas que lhe foram infligidas pela ex-PIDE-DGS.

Um crime mais a acrescentar ao rol interminável da sinistra polícia política.

Quantos patriotas terao morrido em semelhantes condições sem que de tal nos tenhamos apercebido? Será que estes crimes não vão contar?

* A engenheira Virginia Moura, do Movimento Democrático do Porto, juntamente com seus companheiros do executivo, entre os quais os drs. Oscar Lopes e Arnaldo Mesquita, manifestaram sua apreensão pelo destino que está sendo dado a dezenas de elementos da ex-PIDE-DGS. Numa Conferência de Imprensa, um jornalista presente afirmou ter visto a libertação de muitos desses elementos que foram largados de uma camioneta perto de Maia. Nessa mesma Conferência de Imprensa, afirmou por sua vez o dr. Nozes Pires: «Não basta conquistar o Poder. E preciso defendê-lo, e a libertação dos pides e a saída de outros das suas tocas poderão gerar uma situação de pânico que será mantida para a nação e a própria Junta Militar». Esses milhares de criminosos mantêm as suas estruturas intactas e os seus apoios, podendo causar as mais graves perturbações. E eis, estão nas empresas (onde causaram injustos despejamentos), estão no ensino (estão em muitos lugares da vida do país e poderão constituir um grave perigo futuro — disseram ainda outros militantes do M. D. P.

* O republicano e democrata de ve-

lia cepa, — grande figura da Oposição Democrática Portuguesa, em S. Paulo. — comacante João Sarmiento Pimentel, há 47 anos exilado no Brasil, embarcou no dia 15 de maio para Lisboa, donde partirá coerentemente para o moço. Com 86 anos de idade o comacante Sarmiento Pimentel vai rever a terra onde nasceu e onde passou a sua mocidade. No aeroporto, muitos amigos e companheiros seus de exílio estavam presentes à despedida, mas não faltaram também os «amigos» e «democratas» de última hora» que se fizeram fotografar com ele em largas poses publicitárias que lhes podem render muito bem corvidos «benefícios», nos meios políticos asbetos.

* Ao serem presos por forças do exército na sede da ex-PIDE-DGS do Porto, os agentes usaram a chave de uma dependência que logo foi aberta à força pelos soldados. Era constituída de um pequeno arsenal com quantidades enormes de granadas e metralhadoras. O oficial do exército encarregado da operação, com o seu acto um gravíssimo perigo que levanta serias ponderações. Em seguida foi comentado que a «entregada» dessas armas pelos pides, com a sua respectiva documentação, representou uma enxada torçada pelos mesmos, para fazer crer que se tratava duma rendição total.



Alvaro Cunhal, fala às massas populares quando da sua chegada a Portugal.

HOMENAGEM AOS EXILADOS

(Conclusão da página 6)

MIGUEL U. RODRIGUES FALA EM NOME DOS COMPANHEIROS DO P.D.

Tínhamos projetado participar de uma festa. Viriamos aqui para receber a solidariedade da juventude universitária de São Paulo àqueles que até o dia 25 de abril eram exilados portugueses. Mas o ato não é mais uma festa. A profunda alegria que vocês e nós sentíamos ainda há poucas horas ante o vendaval de liberdade que agita Portugal foi turvada por um fato que nos atingiu a todos. Um fato inseparável da trágica fragilidade da condição humana. Vitor Ramos, companheiro nosso, professor da Universidade de São Paulo, pioneiro da resistência antifascista portuguesa no Brasil, não está a nosso lado. A morte abateu-o, no preciso momento em que intervinha ontem, numa reunião da Unidade Democrática Portuguesa.

Vitor Ramos não pode comemorar a vitória logadamente esperada. Interpreto o sentimento do pequeno grupo de combatentes antifascistas do «Portugal Democrático», afirmando aqui que sempre vimos nele, pela sua firmeza, serenidade e talento, o símbolo das virtudes humanas e políticas daqueles que na diáspora portuguesa lutaram contra o fascismo e o colonialismo.

Mas não é apenas a emoção que me leva a evocar o companheiro perdido. A sua ausência fortalece em nós a saudade de outros como Augusto Araújo, Adolfo Casais Monteiro, Manuel Rocheta e Castro Soromenho que ficaram pelo caminho. Morreram no Brasil, não chegaram a viver a alvorada da democracia em Portugal.

O exílio é uma escola de paciência. Nenhum exilado pode manter viva a fé nos princípios que estão na origem do seu combate e sentir-se permanentemente identificado com a luta do seu povo, cumprir, numa palavra, o seu dever, se não souber vencer a amargura, o desalento, as humilhações e sobre-

tudo a solidão que o distanciamento gera. Não me envergonho de vos confessar que para nós mantermos realistas tivemos, dialeticamente, de fazer concessões ao romantismo. Sonhamos durante anos com o fim do fascismo. Imaginávamos o povo nas ruas festejando a derrocada da ditadura salazarista, colocávamos indagações insondáveis, vislumbrando o amanhã posterior à longa noite do fascismo. Sabíamos que um dia chegaria um 25 de abril. E sabíamos que só unidos poderíamos, no Interior e na diáspora, combater com eficácia um inimigo que erigira as escolas de tortura em instrumento fundamental de defesa da ditadura mais científica e duradoura deste século.

Soubemos esperar combatendo, e comoatendo nos mantivemos unidos. Numa perdemos a confiança no povo português. E era difícil como escreveu Adolfo Casais Monteiro, ser-se dignamente português nos tempos de Salazar. A adulação, o obscurantismo, a barbárie eram glificados como virtudes pelos epígonos do Estado autoritário e liberticida; o amor da liberdade, a defesa dos oprimidos, o respeito pela cultura, a coragem de desafiar as leis e os dogmas fascistas eram encarados como crimes e punidos pelo aparelho de repressão de um Estado medieval à frente do qual Salazar agia como um cardeal do Concílio de Trento.

Nossa contribuição como exilados para a derrubada desse regime, cimentado no ódio e na violência, foi modesta. Mas houve uma tarefa em que, pelas condições especiais existentes em Portugal, a contribuição da emigração política era importante; a denuncia do colonialismo. Durante muitos anos o tema foi tabu em Portugal.

Dia após dia, pulverizamos os mitos do império, das «Províncias Ultramarinas», da Nação una e indivisível do Minho a Timor. Chamamos as coisas pelo seu nome. Condenamos a guerra colonial, divulgamos as listas com os nomes dos autores de massacres monstruosos, não hesitamos em apontar ao desprezo da comunidade universal os assassinos e os torturadores dos patriotas angolanos, guineenses e moçambicanos. Foi a partir de São

Paulo, que se articulou um movimento dos núcleos da emigração democrática portuguesa em seis países americanos com o objetivo de, unitariamente, evar ao conhecimento da Comissão dos Direitos do Homem, os crimes da máquina de repressão do Estado fascista português e de, interpretando a vontade do povo amordaçado de Portugal, exigir perante o Conselho de Segurança e a Assembléa Geral das Nações Unidas a paz em Africa, o regresso dos Exércitos portugueses, a independência para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Como democratas, mantivemo-nos sempre fiéis ao princípio de que nenhum povo é autenticamente livre enquanto em seu nome outros povos são subjugados pela força, aviltados pela dominação colonial.

O que menos nos chamaram os porta-vozes do fascismo foi renegados e traidores. Muitos de nós não obtivemos passaporte nos últimos dez anos ou recebemos um passaporte que era válido «exclusivamente para Portugal». Em outras palavras, um passaporte para as masmorras da PIDE. Quero, contudo, relembrar que nunca confundimos as Forças Armadas de Portugal com a camarilha fascista e colonialista que as envolveu numa guerra criminosa, nunca confundimos os assassinos e torturadores com os soldados e os oficiais em volvidos contra sua vontade numa guerra podre que apenas interessava aos algozes do povo e às grandes empresas multinacionais que controlam as riquezas das colónias. Os acontecimentos posteriores ao 25 de abril confirmaram que estávamos certos, que interpretávamos corretamente os sentimentos do nosso povo, demonstraram que as Forças Armadas eram, elas também, vítimas de uma engrenagem trituradora. O Exército português como disse Mario Soares, não é o exército chileno. No Século XIV foi um exército forjado pelo povo que garantiu a sobrevivência da Nação, numa gesta que levou à primeira revolução democrática burguesa da história da humanidade. Em 1640 foi novamente o povo transformado em exército que pôs fim ao domínio estrangeiro. Em 1910 foi ainda um exército de fundas raízes populares que consolidou a vitória da Revolução, implantando a República numa Europa de monarquias reacionárias. Agora, quando os soldados e os oficiais conraternizam com o povo e das bocas dos canhões e dos canos dos fuzis brotam cravos vermelhos, agora, quando um milhão de portugueses ocupa as ruas de Lisboa no 1.º de maio, quando os trabalhadores de Portugal tomam nas mãos rádios, jornais, sindicatos, escolas, edifícios que eram símbolos do poder e da tirania fascistas todas as esperanças são legítimas.

Portugal está retomando o seu lugar na história. Não alimentamos, porém, a ilusão de que construiremos o futuro apenas com poesia e flores. As insignias do fascismo foram destruídas, mas a estrutura sócio-económica por ele montada — uma estrutura que transformou Portugal no país de maior miséria e maior concentração de riqueza da Europa — permanece intacta. Daí o perigo do otimismo ingenuo. A contra ofensiva das forças políticas cujos interesses fundamentais se acham ameaçados só poderá ser contida se as forças políticas democráticas se consorciarem unidas contra todos os desafios e provocações, incluindo os de grupos irresponsáveis de ultra-esquerda. Mas a lição de civismo e força que o povo de Portugal está dando, a cada dia, nos enche de confiança. Ontem mesmo, a equipe de «Portu-

gal Democrático» discutia com Vitor Ramos em sua casa, os mil problemas fascinantes que a noção de Portugal coloca para nós, combatentes da causa da democracia. De certa forma eis esta aqui, também, com todos nós, companheiros, alunos, professores da Universidade de São Paulo. E pelo seu comportamento, na breve trajetória para a morte que a vida, que os homens se unem, os países, os atos, o exemplo ficam. Não concebo outra forma de sobrevivência.

Nas pessoas de Lince Ramos, Irene Araújo e Mercedes Soromenho preso comovia homenagem a tres patriotas mortos no exílio, a tres combatentes exemplares. Para ti Vitor Ramos, companheiro e irmão, uma saudação especial nesta noite em que estas mais do que nunca presente. Encaradas para nós o povo revolucionário de Portugal.

FALA UM ESTUDANTE DA U.S.P.

— Nesta hora em que o povo lusitano rompe os seus grilhões para com o passado.

— Nesta hora em que desmorona a mais longa ditadura fascista da História.

— Nesta hora em que se começa a obter a liberdade pela qual tanto se lutou.

— Nesta hora em que o futuro se delineia sob a esperança de uma paz concreta.

Nos, Universitários Brasileiros, representando diversos centros académicos, organizações estudantis e o Comité de Defesa dos Presos Políticos, no Brasil vimos trazer ao povo português não só a nossa saudação como o nosso mais entusiástico apoio.

Os acontecimentos verificados em Portugal mostram que o desenvolvimento histórico pode ser retardado através de uma severa repressão política; entretanto, a consequência dessa política é o acumulo de graves tensões sociais, provocadas pelas contradições do regime capitalista, que na luta de uma via-vaia de escape, ameaçam explodir cada vez com maior intensidade. Com efeito, a firme, decidida e corajosa atuação anti-fascista do Povo Português mostrou o imenso potencial de revolta acumulada nas últimas décadas.

Uma outra lição que os últimos acontecimentos nos mostram, é que mesmo sob a mais negra ditadura, o germen da liberdade e da justiça não morre; pelo contrario, quando do levantar do povo a germinação é rápida e decisiva. Em questão de dias, a consciencia política popular avança mais do que em longos anos de opressão; ou, sob um outro aspecto, o que antes lentamente se desenvolvia de forma latente, agora floresce de forma concreta.

A ditadura fascista na sua agonia nem sequer conseguia mais o apoio compacto das classes dominantes portuguesas. A longa guerra colonial e o isolamento político, fizeram com que a economia portuguesa sofresse uma deterioração muito grave; Portugal tinha se convertido no mais atrasado país europeu, tanto no aspecto económico como político e histórico. Com o tempo, a própria burguesia lusitana se dividiu entre um grupo voltado para a exploração do povo e das riquezas das colónias africanas e outro grupo, que percebendo a inviabilidade da politica colonialista, busca garantir a exploração dos trabalhadores metropolitanos, através de uma maior integração com a Europa Ocidental.

Com o esvaziamento económico do país, as perspectivas das camadas mé-

dias se estreitaram progressivamente e mesmo os seus setores politicamente mais atrasados já começaram a romper com a ditadura. Quando os trabalhadores, aqueles que carregam nos ombros o fardo da exploração, a opção era entre levar uma vida miserável na metrópole ou ir morrer nas colónias, por uma guerra que, além de injusta, continhas para tornar mais violenta a exploração de que normalmente são vítimas. A luta diante dessa economia foi a emigração em massa, a qual serviu para dar ao país um quinto da sua população habitadora.

Por isso o levante das forças armadas so veio antecipar um passo do povo português, buscando evitar que ocorresse uma revolta direta das classes oprimidas contra os seus opressores.

Deve-se porém ressaltar que a presente vitória representa somente o primeiro passo da passagem de Portugal para uma sociedade mais humana, mais livre e mais justa, objetivo ao atingir com novas e maiores lutas, entre as forças que derrocaram o fascismo existem setores que insistem em manter não só a continuação da dominação colonial — sob o esmema de «concederação de Estados Autônomos» — como a manutenção das atuais estruturas capitalistas, embora sob um regime político que se pretenda liberal. Urge, pois, que os setores progressistas da sociedade portuguesa, principalmente os trabalhadores, se unam numa luta continua e decidida para substituição do capitalismo em Portugal e pela completa independência das colónias portuguesas.

E, pois, dentro dessa perspectiva que os Universitários Brasileiros, e com os mesmos do Povo Brasileiro, vem trazer a sua solidariedade ao Povo Português. Esperando que transformações históricas análogas ocorram em outros países submetidos a ditaduras fascistas, como a Espanha, Grécia, Africa do Sul, Rodesia, Camé, et cetera, nos, os Universitários Brasileiros expressamos, através da presente homenagem, o nosso mais decidido apoio a luta travada pelos trabalhadores, camponeses, estudantes, soldados e oficiais lusitanos.

Particularmente, queremos deixar clara a nossa solidariedade aos exilados portugueses, que ao logo de anos souberam manter a sua fibra e a sua consciencia politica anti-fascista, travando longe da pátria uma luta corajosa e inquebrantável.

E fica então a nossa expectativa de que a presente luta siga o seu curso histórico, propiciando a independência nacional para a Guiné, Moçambique e Angola e a independência social para as classes oprimidas na Nação Portuguesa.

PORTE PAGO - DR. SP
AGÊNCIA CENTRAL
AUTORIZAÇÃO N.º 62283
PORTUGAL, DEMOCRATICO
R. L. Baduró, 488 - 5.º S. 50 - SP - Brasil